



**ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Políticas Restritivas no Mundo Globalizado

XV ONU Jr

**ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Políticas Restritivas no Mundo Globalizado

Camila Bello Kneitz

Gabriel Gonçalves Loureiro

João Paulo Carvalho

Raphaela Amorim

Rio de Janeiro

2017

Índice

1. Introdução
2. Histórico e Funcionamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
3. O Histórico do Protecionismo
4. As Teorias Econômicas Protecionistas
5. As Teorias Liberais
 - 5.1 Liberalismo Econômico
 - 5.2 Liberalismo Internacionalista
6. A Teoria Construtivista
7. Liberalismo *versus* Nacionalismo
8. As Políticas Restritivas e seu Impacto nas Organizações Econômicas Internacionais
9. Políticas Externas
10. Referências Bibliográficas

CARTA AOS DELEGADOS

Estimadas delegadas e estimados delegados,

nós, diretoras e diretores da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), entregamos com extrema felicidade o presente guia de estudos às senhoras e aos senhores.

Esse guia não representa a totalidade do esforço que deve ser feito para acompanhar as discussões do comitê da melhor maneira possível, mesmo que extenso. Utilizem esse guia como base, descubram o mais essencial para seus posicionamentos únicos e vão mais a fundo em suas preparações.

Suas diretoras e diretores sugerem fortemente que acessem o domínio virtual da organização, vasculhem os relatórios e dados lá disponíveis e façam uso das informações durante as discussões do comitê. Lembrando que todos os dados fornecidos pela OCDE são considerados do conhecimento de todos e todas participantes durante as reuniões. Caso encontrem dificuldades para decifrar os dados ou para traduzir algumas informações que não se encontram em língua portuguesa, não titubeiem: façam contato conosco através do e-mail oficial do comitê ou pelas redes sociais pessoais dos diretores e diretoras.

Ademais, nos esforçaremos para tornar a experiência dessa simulação estimulante, enriquecedora e – por que não – divertida. Muito nos orgulhou saber que tantos e tantas estudantes de ensino médio se interessaram por um assunto considerado denso até para quem já está no ensino superior. Agradecemos pela confiança e pela animação com o tema.

Vemo-nos em Outubro!

Afetuosamente,

Camila Kneitz

Gabriel Gonçalves Loureiro

João Paulo Carvalho

Raphaela Amorim

1. INTRODUÇÃO

O cenário político contemporâneo tem causado grande espanto aos seus espectadores, criando uma sensação de impotência e insegurança que perpassa a mente do cidadão das massas, que assiste perplexo aos noticiários, e chega ao pensamento dos grandes líderes mundiais, que sofrem com a pressão de tomar a decisão mais favorável possível, mesmo sendo quase impossível prever seus efetivos resultados e consequências. A ascensão de Donald Trump – candidato norte-americano que estarecia grande parte da população mundial por suas políticas de cunho amplamente nacionalista e, em certo ponto, discriminatório – ao cargo de maior poder político, a Presidência dos Estados Unidos da América, não foi o único evento a chocar a comunidade internacional. A perspectiva de um divórcio entre o Reino Unido e a União Europeia, instaurada com a votação favorável ao *Brexit*, assusta a muitos especialistas internacionalistas, sendo suas consequências, em certa medida, imprevisíveis. Há, ainda, manifestações nacionalistas aflorando por todo o globo, surgindo líderes que apresentam propostas contrárias à Globalização e que trazem ainda mais instabilidade política no âmbito internacional, como o presidente russo Vladimir Putin, o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e o presidente filipino Rodrigo Duterte, que até mesmo se comparou a Hitler ao se pronunciar sobre seu desejo de matar todos os viciados em drogas. Tal cenário intriga a comunidade internacional, dada a imprevisibilidade das decisões de seus líderes e as semelhanças do momento contemporâneo com os cenários precedentes dos maiores conflitos mundiais, como, por exemplo, a Segunda Guerra Mundial.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização para a cooperação internacional, com sede em Paris, composta por 34 países. Sucedendo a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE) – criada no contexto do Plano Marshall (1948-1960), com o objetivo de efetivar a reconstrução dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial – busca estabelecer o desenvolvimento econômico permanente entre seus países membros, encontrar caminhos para a manutenção da estabilidade financeira destes, discutir e propor metas para o desenvolvimento econômico mundial, estabelecer parâmetros para o desenvolvimento do nível de vida e criar mecanismos para o crescimento dos níveis de emprego. Nesse sentido, é vital à OCDE o debate acerca das novas circunstâncias que delimitam o cenário econômico contemporâneo, buscando estabelecer meios de

viabilizar a continuidade de seus projetos e estimular a prosperidade econômica entre seus membros.

No momento contemporâneo, entretanto, a OCDE precisa tomar uma importante decisão: declarar sua postura frente aos novos acontecimentos e à guinada do protecionismo em detrimento da economia de Livre Mercado, um dos pilares da própria organização, e do autoritarismo dos novos líderes que ascendem ao cenário político internacional, prejudicando outro de seus princípios, a defesa das democracias representativas.

2. HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é uma organização intergovernamental de foco econômico, que foi fundada em 1960 e conta com 35 países-membros e está localizada no Château de la Muette, em Paris, na França. Quando da sua criação, objetivava estimular o progresso econômico e o comércio internacional. Para ingressar na OCDE, os países devem ser comprometidos com a democracia e a economia de mercado, além de comprometerem-se a comparar experiências, encontrar boas práticas e respostas para problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais (OCDE, s.d.).

Em 1948, o órgão responsável por ajudar a administrar o Plano Marshall - a Organização Europeia para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) - já era o embrião da atual OCDE. Uma vez finalizado o trabalho com a implementação do plano Marshall, a Organização focou-se em questões econômicas. Por exemplo, na década de 50, a OECD ajudou com as negociações para o estabelecimento de uma área de livre comércio europeia. Quando se começou a sentir que a organização tinha perdido seu propósito, diversas reuniões em 1960 trabalharam repensando o órgão. Em 1961 ela foi reformada pela 'Convenção sobre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico' e membros não-europeus começaram a ser admitidos, recebendo primeiramente os EUA e o Canadá (PINTO, 2000).

Em 2003, a organização definiu que para admitir novos membros consideraria quatro critérios: os países deveriam ter mentalidades semelhantes e ser alinhados aos objetivos da organização, deveriam ter peso significativo no cenário mundial, sua entrada deveria gerar benefícios mútuos e para tudo isso deveria ser considerado o

contexto internacional. Com a utilização desses critérios, a OCDE abriu conversas com vários membros em potencial, e por isso, hoje possui membros e países parceiros em todos os continentes. Ligados a esses players, o órgão procura seguir sua agenda: apoiar um crescimento econômico duradouro, desenvolver o emprego, aumentar o nível de vida, manter a estabilidade financeira, ajudar os outros países a desenvolverem as suas economias e contribuir para o crescimento do comércio mundial (PINTO, 2000).

Para conseguir alcançar os objetivos dessa agenda, a OCDE monitora continuamente os países membros e não membros, usando os dados para produzir relatórios e informar as discussões de seus diversos comitês. Muitas das discussões dos comitês evoluem para negociações que podem gerar acordos formais, modelos ou orientações. O que garante a eficácia desse processo é o fato de os próprios governos se encarregarem de manter uma vigilância constante das ações dos seus pares, que são discutidas nas Comissões da OCDE. De forma resumida, o caminho é: coleta de dados, análise, discussão, tomada de decisões; implementação das recomendações; avaliação das medidas e resultados pelos países (Universidade NOVA de Lisboa, s.d.).

3. O HISTÓRICO DO PROTECIONISMO

A política de imposição de uma grande variedade de obstáculos, como tarifas ou taxas, sobre os produtos importados visando proteger as indústrias nacionais dentro do país em detrimento dos bens e produtos advindos do competitivo mercado internacional constitui o chamado “protecionismo”. As barreiras aos trades criadas pelos governos objetivam alterar o fluxo do Comércio Internacional, incluindo tarifas, cotas e subsídios, sendo historicamente utilizadas para proteger as indústrias competitivas em importação doméstica e para encorajar as exportações.

Durante a Antiguidade, as rotas de comércio – dentre estas a Rota da Seda e a Rota das Especiarias – foram implantadas pelos governos com o objetivo de facilitar a troca de bens entre os centros civilizacionais existentes no período, como o Mediterrâneo, a China e a Europa. À época, diferentemente, competiam a tais medidas o aumento de receitas, visando manter e aumentar a estrutura comercial – e não proteger produtores domésticos, em primeiro lugar. Entre os séculos X e XIII, porém, a atuação do governo chinês no sentido de restringir a atuação comercial externa, monopolizando as exportações e reduzindo o comércio de troca em número de portos, fez com que as suas relações com a Europa fossem abaladas. Os problemas com o comércio entre o

Mediterrâneo e a Europa, ainda, submergiam, decorrendo da conquista do Leste do Mediterrâneo durante as Cruzadas. No século XVI, com a ascensão dos Estados-nação, as políticas protecionistas passaram a ser introduzidas como forma de acumular ouro e prata para a formação dos exércitos, através da introdução de uma análise formal de “vencedores e perdedores” no comércio. Os metais preciosos passaram a ser considerados, por imposição dos mercantilistas, os únicos objetos de valor. Por ação de Jean Baptiste Colbert (1619-1683), na França, todos os aspectos da produção passaram a ser controlados pelo Estado, com o objetivo de aprimorar a Indústria nacional. Foram estabelecidas alianças com a burguesia comercial, tendo o governo fornecido subsídios para a viabilização do comércio, tais como a construção e reparação de canais e o patrocínio à produção de navios e à atividade comercial naval, além da imposição de tarifas sobre as importações. O efeito de tais políticas, por seu extremo protecionismo, não tornou possível à economia francesa prosperar, visto que os custos da intervenção se tornaram superiores aos ganhos lucrativos. Em outros países, como na Inglaterra e na Alemanha, as políticas protecionistas impostas ao comércio foram firmadas devido a motivações políticas, guerras e recessões.

Iniciada a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, com o decréscimo de adeptos à crença na efetividade das políticas protecionistas, a fisiocracia, que estabelecia a extensão territorial da propriedade como fonte de valor, ganhou força. Os fisiocratas foram pioneiros na articulação do Livre Comércio em sua política de *laissez-faire*, determinando a inexistência de tarifas na exportação de bens agrícolas. A rebelião dos economistas clássicos Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) contra a doutrina protecionista mercantil, ainda, estabeleceu a cultura do liberalismo econômico. Durante o período, foram criticadas as *Corn Laws* – que objetivavam a proibição da importação de trigo estrangeiro na Inglaterra, promulgadas em 1815 - pelo uso do argumento de vantagens comparativas, e defendida a expansão de mercados através do Comércio Internacional como uma força provedora de oportunidades adicionais para a especialização e divisão do trabalho, assumido o conceito de concorrência perfeita como argumento. Embora tenham se destacado, as políticas liberais de comércio passaram a ser criticadas ao longo do século XIX. Economistas como o alemão Friedrich List (1789-1846) passaram a defender que, na presença de externalidades positivas e de economias de escala dinâmicas, o governo deveria perseguir políticas nacionais ativistas, visando promover o desenvolvimento econômico

e a industrialização. Segundo List, alternativamente, as duas políticas seriam positivas, a depender do estágio de desenvolvimento econômico do país. Alexander Hamilton (1755/57-1804), grande influenciador das ideias de List, era crítico às políticas protecionistas que seguiam o molde das *Corn Laws* e concordava com Adam Smith em determinar a defesa nacional como justificativa para o protecionismo. O *infant industry argument*, consistente na afirmação de que as indústrias domésticas emergentes precisariam de proteção frente à competitividade internacional até tornarem-se maduras e estáveis foi sustentado, ainda, por economistas contemporâneos proeminentes, como John Stuart Mill (1806-1873) e Alfred Marshall (1908-1993).

As mudanças nas teorias econômicas causaram grande impacto e influência nas mudanças de políticas comerciais dos governos. Com a ferramenta ideológica do *laissez-faire*, foi instaurado um momento de grande abertura para atividade comercial no século XIX, enquanto a revolução na expedição e no transporte marítimo de mercadorias, assim como a expansão ferroviária, contribuiu para a queda nos preços de transporte, compensando as tarifas emergentes. O uso de barreiras alfandegárias expandiu no Entreguerras, já no século XX. No final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), porém, organizações internacionais como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) organizaram o Comércio Mundial ao permitirem um sistema multilateral de regras para as políticas comerciais dos governos. Durante as Crises dos Anos 1970, houve uma expansão do protecionismo, novamente, apenas sofrendo um decréscimo durante a Rodada do Uruguai no GATT, quando as negociações comerciais levaram à formação da Organização Mundial de Comércio (OMC/WTO), em 1995. Foi estabelecido, no momento, um fórum para negociações comerciais e resolução de disputas entre Estados membros, oferecendo determinado sucesso na redução de barreiras alfandegárias e na obtenção de acordos nas áreas de serviços financeiros, telecomunicações e tecnologia de informação. Seu desafio, porém, continua sendo reduzir os subsídios à agricultura em países desenvolvidos.

4. AS TEORIAS ECONÔMICAS PROTECIONISTAS

4.1. Introdução

O protecionismo, no campo da economia, tem suas origens em tempos bem anteriores à criação de uma teoria econômica propriamente dita. Desde a formação dos sistema-mundos e das relações econômicas internacionais, configuraram-se como práticas habituais as restrições tarifárias, privilégios e monopólios comerciais, entre outros – elementos característicos da restrição do livre comércio

A ideia de “protecionismo”, entretanto, só adquire completo sentido após a Revolução Industrial, em meados do século XVIII. Até antes, a produção nacional de bens primários ainda era, na maioria das nações, a principal fonte de renda nacional. Com a invenção da máquina a vapor, todavia, a mudança de paradigma no cenário econômico erigiu a esse patamar a atividade manufatureira. O desenvolvimento de novas tecnologias e a progressiva divisão do trabalho¹ significou uma ressignificação de prioridades e, portanto, a necessidade de uma atenção especial dos países à indústria nacional.

Nesse sentido, de um lado se posicionavam nações de indústria incipiente, como os Estados Unidos e a Alemanha, defensores de medidas que “protegessem” o desenvolvimento da indústria nacional – o protecionismo. Em contraposição, o Reino Unido, primeiro país a se industrializar, passou a defender – especialmente após a revogação das chamadas “*Corn Laws*”² – o livre-câmbio entre as nações e a redução das restrições ao comércio.

Essa dualidade é explicada por diferentes teorias econômicas: a teoria protecionista e a teoria liberal. Nesse guia, analisaremos, num primeiro momento, a teoria protecionista: seu desenvolvimento histórico, sua justificação ideológica, política e econômica, sua aplicação prática e sua participação nos debates do comitê.

4.2. História do Protecionismo

¹ A divisão do trabalho corresponde à especialização de tarefas e funções dentro de um processo produtivo, com o intuito de otimizá-lo. Assim, sob este regime, o trabalhador deverá especializar-se em uma etapa específica da produção de um determinado bem ou serviço, maximizando a produtividade geral.

² As *Corn Laws* (Leis dos Grãos) eram um conjunto de leis que determinava barreiras tarifárias à importação de cereais e outros produtos para o Reino Unido. Sua revogação, em 1846, foi uma grande vitória dos defensores do livre-mercado no país.

Conforme mencionado, medidas “protecionistas” já eram implementadas muito antes da Revolução Industrial. Já na Idade Média, as corporações de artesãos eram comuns na sociedade europeia, fazendo uso de sua influência perante governos locais e municipais para banir ou sobretaxar concorrentes ou comerciantes de nações vizinhas. Mercadores, por sua vez, passaram a se reunir em grandes congregações, como a Liga Hanseática³, com o intuito de assegurar a segurança e privilégios no comércio com seus aliados.

Depois, com o crescimento do comércio com o Oriente e com a descoberta das Américas e das Índias, as políticas de proteção do comércio local foram amplificadas sob o chamado “mercantilismo”, que apregoava políticas monopolistas, de restrição de importações e focadas no fortalecimento dos Estados Nacionais. O mercantilismo criou as grandes companhias comerciais, como as Companhias das Índias Holandesas e Inglesas, manufaturas de bens de luxo como as tapeçarias da Gobelin, em Paris, entre muitos outros. No entanto, ao mesmo tempo, conviveu com uma época de progressiva dinamização do comércio.

Em seu livro *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1979), o historiador francês Fernand Braudel faz uma análise dos ciclos do capitalismo na “economia-mundo” Europeia. Em sua visão, desde a progressiva abertura ao comércio externo que teve início com a reativação da Rota da Seda⁴ e as Cruzadas, até a Revolução Industrial, a Europa viveu uma era de “cidades maiores que seu entorno” – Gênova e Veneza (1250-1510), Antuérpia (1500-1569) e Amsterdam (1569-1733) – isto é, cidades que serviam como capitais econômicas da civilização europeia.

Em cada uma delas – com exceção de Antuérpia, cujo rápido declínio teve razões fundamentalmente políticas – o capitalismo seguia um ciclo. Primeiro, vinha o “comércio de comissão”, baseado nas relações comerciais e no estabelecimento da cidade como entreposto para entrada e saída de bens estrangeiros; a ele sucedia o “comércio de aceitação”. Nesse segundo estágio, o capital e a credibilidade acumuladas pelos investidores e comerciantes locais deixavam de ser empregados na atividade comercial e seguiam o rumo dos grandes empréstimos e financiamentos. A grande

³ Associação de cidades livres no Mar Báltico, no norte da Europa, que concedia privilégios comerciais aos mercadores delas provenientes, facilitando e dinamizando o comércio da região.

⁴ Rota comerciais utilizada por mercadores europeus e asiáticos que ligava a China, centro de inúmeras especiarias e produtos raros, com o Oriente Médio e, indiretamente, com a Europa.

questão era que, em virtude da grande oferta de dinheiro nessas ricas cidades, ele tendia a ir para o estrangeiro, onde os juros são maiores.⁵ Assim sucedeu, por exemplo, com os grandes banqueiros de Gênova ou Amsterdam, que virariam, respectivamente, nos séculos XVI e XVIII, os grandes credores da Europa.

Assim, as grandes cidades acabavam por financiar o desenvolvimento de novos polos de poder, que se tornariam seus rivais. A Inglaterra, que cresce, em grande parte, com auxílio dos financistas holandeses, vê Londres encerrar esse longo ciclo do capitalismo e se transformar, ao longo do século XVIII, na capital econômica do Continente. No entanto, a cidade diferenciava-se de suas antecessoras por ser amparada por um Estado forte e rico – o Reino Unido. Braudel explica, assim, o sucesso do comércio de aceitação inglês: sua grande proeza (ou, pode-se dizer, sorte) foi estar associado à Revolução Industrial.

Com a magnífica expansão da capacidade produtiva do país, num período de tempo sem precedentes na história da humanidade, o Reino Unido teve muito a ganhar com os financiamentos ao exterior promovidos pelo comércio de aceitação. Ao contrário do que acontecia com a República de Gênova ou com as Províncias Unidas Holandesas, o dinheiro emprestado ao estrangeiro pelos banqueiros britânicos era usado para financiar a formação de mercados consumidores para a própria indústria do país, pioneira globalmente. Assim, a economia britânica se retroalimentava, fator que foi fundamental em seu rápido crescimento ao longo do século XIX.

Essa mudança de paradigma deixou claro, entretanto, o papel imprescindível da industrialização nas economias modernas a partir de então. Assim, enquanto a Inglaterra se mostrava pioneira no desenvolvimento industrial, outras nações como os Estados Unidos, a Alemanha ou ainda os países da América Latina e da Ásia estavam bastante aquém da capacidade produtiva inglesa. A concorrência britânica era implacável para suas incipientes – ou até inexistentes – industriais nacionais e, nesse contexto, os países tomaram rumos diferentes.

Por um lado, os EUA e a Alemanha foram introdutores de grandes barreiras alfandegárias, limitando a circulação de produtos estrangeiros e, portanto, favorecendo

⁵ Em economia, entende-se a taxa de juros como o “preço” estabelecido pela oferta e pela demanda de fundos emprestáveis (recursos financeiros). Num local onde há mais capital acumulado, portanto, a oferta tende a ser maior e, portanto, a taxa de juros, menor, tornando a transação menos lucrativa.

o fortalecimento das empresas nacionais. Os Estados Unidos, apesar de viverem um clima de relativo “*laissez-faire*” no país, impunham grandes impostos a itens importados, fato que inclusive influenciou o desencadeamento da Guerra Civil Americana (1862-66). A Alemanha, por sua vez, adotou uma política de fortalecimento das empresas locais, criando gigantes industriais e extremamente produtivas, como a fábrica dos Krupp, na Renânia⁶.

Em contrapartida, países da América Latina e a China, menos desenvolvidos tecnologicamente e dotados de menor poder de barganha frente às potências europeias, não tiveram muita opção senão adotar as práticas livre-cambistas impostas pelas grandes potências industriais. Essas ações ficam claras pelo estudo da história do Brasil e de outros países da América Latina – onde a Inglaterra teve um proeminente papel na independência política e, por conseguinte, exigiu inúmeras benesses econômicas – bem como na China, onde a Guerra do Ópio (1839-42)⁷ iniciou uma série de Tratados Desiguais⁸ que impuseram o livre-comércio sobre o país.

Essa dualidade de caminhos persistiu até a Primeira Grande Guerra (1914-19), quando diversas nações passaram a repensar sua relação com o liberalismo econômico. Ainda que os anos 20 tenham sido, de modo geral, um período de grande prosperidade econômica, a Crise de 1929 – a quebra da Bolsa de Nova York – teve repercussões globais e gerou uma crise de confiança na capacidade autorregulatória do livre-mercado. Como resultado, surgiram inúmeros movimentos de contestação ao *Status Quo* vigente, tais quais o fascismo e o *New Deal*⁹ americano.

⁶ A família Krupp foi uma dinastia centenária de comerciantes alemães que, durante o século XIX e XX, ganhou enorme proeminência financeira e se tornou referência por sua produtividade. Suas empresas produziam principalmente aço, artilharia e armamentos diversos.

⁷ A Primeira Guerra do Ópio (1839-42) foi um confronto entre a China e o Reino Unido, acerca de disputas comerciais entre os dois países, que culminou na vitória britânica e na imposição de acordos de livre-comércio sobre o Império Qing.

⁸ Tratados Desiguais são uma denominação utilizada para diversos acordos bilaterais ou multilaterais feitos entre potências europeias e países asiáticos ao longo do século XIX e início do século XX. Em geral, esses tratados obrigavam a parte mais fraca a fazer concessões comerciais e territoriais aos grandes poderes.

⁹ Série de políticas econômicas implementadas pelo então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, a partir de 1933, com o objetivo de conter os efeitos da Crise de 29. Essas medidas incluíam maior intervenção do Estado na economia através de obras públicas, regulamentações financeiras e empresariais, a criação de uma rede de seguridade social e medidas protecionistas.

Após a Segunda Guerra Mundial, até os anos 80, o mundo capitalista viveu sob esse regime construído nos anos 30 e sacramentado na Conferência de Bretton Woods¹⁰, em 1946. Nos anos 1970, entretanto, em virtude de uma série de fatores conjunturais e estruturais, esse sistema entrou em crise, e grande parte das economias desenvolvidas passou a viver sob a chamada “estagflação” – um período que combinava o baixo crescimento (estagnação) econômico com o progressivo aumento nos preços e no custo de vida (inflação).

Dessa nova crise, emergiram governos comprometidos com pautas mais liberais e com a redução dos entraves ao comércio exterior. A partir da liderança da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, no Reino Unido, e do Presidente Ronald Reagan, nos Estados Unidos, estabeleceu-se um novo regime econômico – o “Consenso de Washington” – promovido pelos órgãos internacionais como Banco Mundial e o FMI, desde então. Nesse novo momento, ganha força o fenômeno da globalização: a redução de barreiras tarifárias, físicas e burocráticas entre nações, o rápido fluxo de informações, o encurtamento das distâncias proveniente das novas tecnologias, entre outros aspectos.

Com a globalização, também vêm seus opositores, que argumentam – seja por razões econômicas, sociais ou culturais – em prol de políticas nacionalistas e menos condescendentes com a liberdade do mercado, tal como no pós-Guerra. Do mesmo modo, esses opositores também são adeptos do protecionismo, criticando a eliminação de barreiras implementada nos últimos 20 anos e defendendo outras formas de desenvolvimento.

4.3 A Teoria Protecionista

O protecionismo, como teoria econômica organizada, surge a partir das considerações da chamada “Escola Historicista de Economia”, que defendia a abordagem econômica a partir de um ponto de vista empírico, observando a história econômica principalmente. Seu grande teórico foi o economista Georg Friedrich List (1789-1846), de nacionalidade alemã. List, em sua obra, *Sistema Nacional de Economia Política*, analisa inúmeros casos de desenvolvimento econômico, argumentando, com base em experiências históricas, em prol das restrições comerciais.

¹⁰ Conferência de economistas realizada após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45), com o objetivo de reordenar o sistema econômico global.

Na visão do economista, países como a Inglaterra e a França tiveram sua industrialização pioneira fundamentalmente em razão das políticas protecionistas que aplicaram. Do mesmo modo, ele defendia, era extremamente difícil para qualquer outra nação, nas então presentes circunstâncias, industrializar-se com o mercado aberto, pois contaria com a constante competição das já desenvolvidas e fortalecidas indústrias dos países vizinhos. O livre-cambismo, em sua visão, esquecia-se do conceito de nação e, por isso, servia aos interesses dos países já industrializados.

Com base nessa tese, List passou a defender a implementação de fortes medidas protecionistas na Alemanha, bem como a unificação econômica do país. A ideia era permitir que a indústria nacional se desenvolvesse por conta própria, aproveitando o vasto mercado consumidor alemão e sem forte ameaça externa. A implementação de suas sugestões, ainda que aliada a inúmeras outras variáveis, coincidiu com o florescimento da economia do país ao longo do século XIX, até tornar-se a maior potência industrial do mundo nos antecedentes da Primeira Guerra Mundial. Ainda que não seja clara a relação de causa e consequência entre essas circunstâncias, os protecionistas tomam esse exemplo histórico como mais uma forma de reforçar sua tese.

Posteriormente, em meados do século XX, em meio ao surgimento de inúmeros movimentos de contestação à ordem política global no mundo subdesenvolvido, foi criada a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), órgão criado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) para discutir estratégias de desenvolvimento da região. Na visão dos economistas integrantes da comissão – tais como o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado – o subdesenvolvimento era fruto de uma divisão assimétrica do trabalho, que prejudicava os países de industrialização tardia.

Na visão deles, a América Latina, conquanto sua principal função na divisão internacional do trabalho fosse a de exportadora de commodities¹¹, nunca conseguiria superar o subdesenvolvimento porque estaria fadada a produzir bens de menor “valor agregado”¹² e cujo valor é mais instável no mercado internacional (maior flutuação). Assim, seria preciso que os países do continente fizessem uso de medidas protecionistas

¹¹ Commodities são produtos de origem primária negociados internacionalmente e que geralmente possuem baixo grau de industrialização ou servem de matéria prima para a indústria, tais como: soja, petróleo, ferro, carvão, trigo, etc.

¹² O valor que um bem adquire consecutivamente nas suas etapas de produção. Por exemplo: o valor agregado ao petróleo quando ele é refinado para tornar-se gasolina.

para subverter a ordem econômica internacional e se industrializar, impedindo a competição das grandes empresas monopolistas norte-americanas e europeias.

Pode-se dizer, de um modo geral, que o argumento protecionista consiste, portanto, na ideia de que se precisa desenvolver o mercado interno até o ponto em que ele seja capaz de competir, em condição de igualdade, com as demais nações, e de que isso deve ser feito por restrições à entrada de produtos importados. Assim, a indústria do país deverá ser estimulada, de modo a permitir uma transição entre uma economia exportadora de commodities e uma economia produtora de bens com alto valor agregado.

4.4. O Protecionismo na Prática

Em termos práticos, a utilização de medidas flutua muito de acordo com cada país ou período de tempo. Governos mais liberais economicamente e mais favoráveis à globalização tendem a adotar medidas que reduzem o protecionismo, ao passo que governos mais estatistas tendem, naturalmente, a fazer o contrário. Nesse sentido, há cinco principais formas de política protecionista que podem ser implementadas por um governo. São elas: barreiras tarifárias, barreiras não-tarifárias, subsídios, cotas de importação e restrições voluntárias.

As barreiras tarifárias, forma mais tradicional de medida protecionista, consistem em estabelecer tarifas para a entrada de produtos dentro do país em questão. Desse modo, o produto terá um custo maior para entrar no mercado interno e, portanto, deverá ter um preço mais elevado, favorecendo o produto nacional. Apesar de muito práticas e comuns, essas barreiras vêm caindo drasticamente em virtude de sucessivas negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio), que, para diversos setores, estabelece tarifas máximas, visando a facilitar o livre-comércio. Por conta disso, diversos países passaram a mascarar seu protecionismo por meio de outras medidas menos aparentes.

As barreiras não-tarifárias ganham força nesse contexto, portanto, com o objetivo de permitir a continuação de medidas protecionistas sem descumprir as determinações da OMC. Constituem regulamentações sanitárias, de segurança, de saúde, normas técnicas, entre outros, bem como entraves burocráticos, que dificultam a

penetração de produtos estrangeiros no país, por conta da necessidade de se adequar às especificidades demandadas pela lei.

Os subsídios, por sua vez, são pagamentos feitos pelo governo a empresas com o objetivo de estimular a exportação ou desestimular a importação. Assim, o governo pode subsidiar exportadores para reduzir os preços de seus produtos no estrangeiro, ou ainda subsidiar empresas locais para baratear seus produtos em relação aos que vem do exterior. Realizados por meio de financiamentos diretos ou incentivos fiscais (como isenção ou redução de impostos), eles também favorecem a indústria nacional e dificultam a penetração de outros países no mercado interno.

Já as cotas de importação são restrições diretas à quantidade do produto que é importado. Nesse sistema, o governo determina, unilateral ou bilateralmente, valores ou quantidades máximas do produto que podem adentrar no país. Com isso, limitam a oferta do bem e, como resultado, fazem com que ele seja vendido a um preço mais caro, favorecendo a produção nacional.

As restrições voluntárias, por fim, correspondem a regras estabelecidas em outros países, geralmente por acordos bilaterais, estabelecendo cotas máximas de exportação. Assim, o país importador limita a quantidade do produto que será enviada a seu parceiro comercial, estabelecendo uma espécie de cota de importação inversa.

Essas medidas, de forma geral, são os principais instrumentos de que dispõem os governos para restringir a penetração de empresas ou bens estrangeiros nos mercados internos dos países. Deve-se ressaltar, ainda, que, em muitos casos, elas podem causar mal-estar entre dois ou mais países, bem como servir como *casus belli*¹³ para possíveis guerras tarifárias¹⁴ entre países. Por essa razão, é comum que, em muitos casos, os países busquem realizar tratados bilaterais ou multilaterais de comércio.

4.5. O Protecionismo em Debate no Comitê

O presidente Donald Trump, eleito em 2016 nos Estados Unidos, fez defesa consistente de políticas protecionistas durante sua campanha. Na visão sua e de seu eleitorado, a globalização econômica fora destrutiva para os postos de trabalho dentro

¹³ Do latim, “motivo da guerra”. Literalmente, uma justificativa para dar início a um conflito.

¹⁴ Guerras tarifárias ocorrem quando, em represália a restrições alfandegárias ou regulamentações de um país, outra nação também estabelece regras restritivas, buscando prejudicar o mercado do rival. Esses conflitos podem provocar também mal-estar diplomático e incertezas econômicas entre os países.

dos EUA, levando à perda de dinamismo da economia nacional, ao desemprego estrutural e à deterioração dos padrões de vida da classe trabalhadora americana. Nesse contexto, ele prometeu inúmeras medidas para impedir empresas norte-americanas de produzir seus bens no exterior; prometeu sobretaxar produtos vindos de países que estivessem implementando concorrência desleal; prometeu rasgar – e já rasgou – acordos de livre-comércio, em especial o TPP¹⁵; em suma, Donald Trump pretende abandonar grande parte do consenso liberal até então.

Por outro lado, a saída da União Europeia por parte do Reino Unido – o chamado “*Brexit*” – teve um significado mais ambíguo. Por um lado, significou um duro golpe para a União Europeia, maior bloco econômico do mundo e um dos maiores pioneiros da globalização econômica. Por outro lado, também foi um sinal de rejeição às medidas protecionistas adotadas pelo bloco, afinal de contas as inúmeras regulações e barreiras alfandegárias do país foram, por diversas vezes, apontadas como motivos para sair do bloco.

Nesse sentido, o protecionismo deverá ser um tema certamente central no comitê. Os delegados participantes deverão buscar responder questões como: que medidas de cooperação econômica podem ser tomadas nessas novas circunstâncias globais? Que estratégias podem ser elaboradas para assegurar a estabilidade econômica dos países da OCDE? Como os países podem combater os efeitos negativos da globalização? Até que ponto as políticas restritivas aplicadas por alguns países estão de acordo com os ideais da organização?

Essas são apenas algumas de muitas perguntas e discussões que podem surgir ao longo do comitê, mas esperamos que, a partir delas, fique clara a centralidade do protecionismo nas discussões porvindouras.

5. As Teorias Liberais

5.1. Liberalismo Econômico

5.1.1 Introdução

¹⁵ Transpacific Partnership, ou Parceria Transpácífica, era um acordo de livre-comércio a ser elaborado entre os Estados Unidos e diversos outros países do pacífico como Japão, Vietnã e Austrália, descontinuado pelo presidente Trump.

Tal qual o protecionismo, o Liberalismo, como teoria econômica, só se desenvolve a fundo a partir da Revolução Industrial. Apesar de ideias incipientes sendo desenvolvidas desde o século XVII, na Holanda, foi apenas com a ascensão do iluminismo que ganhou corpo e embasamento teórico o pensamento liberal, primeiramente sob os auspícios de François de Quesnay – fisiocrata¹⁶ francês autor da famosa frase “*laissez faire, laissez passer, le monde se va de lui même*”¹⁷ – e depois dos economistas britânicos Adam Smith e David Ricardo. As bases para o desenvolvimento desse ideário, no entanto, se estabeleceram bem anteriormente.

Na história, por exemplo, desde o fim da Idade Média, com a mudança da percepção da população e da Igreja sobre o comércio – até então visto como ocupação desvirtuada – e a progressiva integração econômica do continente, viu-se um crescimento do domínio tecnológico e informacional europeu, fundamental para a futura primazia do Ocidente que seria estabelecida a partir do século XVI. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das ciências e da filosofia favorecia novas formas de pensar o mundo e, a partir do século XVIII, com o advento do movimento iluminista, o Liberalismo surge propondo explicações racionais para os mais diversos problemas da sociedade.

Nesse contexto, as teorias liberais ganham força na economia, corroboradas pelas transformações econômicas e sociais que têm origem na Revolução Industrial e sendo, em pequena ou grande escala, implementadas em grande parte do mundo a partir do século XIX. Assim como o protecionismo, o liberalismo econômico também será um protagonista nas discussões do comitê e, portanto, agora analisaremos sua história, suas bases teóricas e sua aplicação prática na OCDE.

5.1.2. História do Liberalismo e do Comércio

O comércio remonta a tempos imemoriais. Nas primeiras civilizações, bem como na Grécia Antiga, na civilização Fenícia e até no Império Romano, o comércio sempre foi o grande propulsor do desenvolvimento econômico. Após as invasões bárbaras e muçulmanas, entretanto, na Alta Idade Média, a Europa progressivamente se fechou em pequenas comunidades subsistentes e autônomas. O dinamismo do continente voltaria, então, apenas com a retomada da Rota da Seda e o conseqüente

¹⁶ A escola dos fisiocratas surgiu no século XVIII, na França, e foi precursora do pensamento econômico liberal e da defesa do livre-mercado.

¹⁷ “Deixe passar, deixe fazer, o mundo anda por si próprio” (tradução livre).

ressurgimento do comércio mediterrâneo a partir do século XI. Naquele contexto, as trocas comerciais restauraram a vivacidade da economia-mundo europeia e, pouco a pouco, aqueceram novas áreas, integrando a região.

Embora obviamente restrita e repleta de entraves, essa experiência comercial que se evidenciou na Europa a partir de então acabou por fomentar uma mudança de paradigma cultural. Enquanto, na Alta Idade Média (séculos VI a X), o comércio era visto como pecaminoso pela Igreja, no século XIII já temos Tomás de Aquino¹⁸ conceituando o “lucro justo” em defesa dos mercadores. A mentalidade medieval, pouco a pouco, rendeu-se a uma mentalidade mais aberta e comercial que se instaura na Europa, tendo como último marco a Reforma Protestante (1517).

A nova visão de mundo que surgiu a partir de então passou, pouco a pouco, a contestar o *Status Quo* vigente. Em pleno século XVII, a Inglaterra vivenciou duas revoluções que radicalmente mudam sua organização política e social. A primeira, iniciada em 1640, culminou num Rei decapitado, numa ditadura de uma década e, ultimamente, num retorno à monarquia. A segunda, de 1688, embora sem derramamento de sangue – daí o nome de Revolução Gloriosa – efetuou mudanças igualmente drásticas no cenário nacional: o Parlamento tornou-se soberano e, pela primeira vez num grande Estado-nação europeu, a burguesia ganhou sua voz política em definitivo.

Do mesmo modo, o absolutismo monárquico, vigorante ainda na Europa Continental, tornou-se vilão para os iluministas do século XVIII. Com ele, também caíram em desgraça perante os círculos intelectuais seus sustentáculos: o mercantilismo econômico, o cristianismo e a nobreza. Progressivamente, o liberalismo ganhava espaço, com suas reivindicações de limitação do poder do estado, igualdade jurídica e democracia. Nos Estados Unidos, conseguiu seu primeiro trunfo, com a independência das Treze Colônias¹⁹. O novo governo estabelecido, então, passou a ser regido pelos princípios da liberdade individual e da propriedade privada.

Um pouco antes, na Inglaterra, uma revolução ainda mais inusitada e relevante tomou lugar: a Revolução Industrial. A criação da máquina a vapor, capaz de agilizar e

¹⁸ Filósofo e teólogo medieval, Tomás de Aquino é um dos maiores filósofos do Ocidente e considerado o pai da Escolástica, método filosófico cristão predominante na segunda metade da Idade Média.

¹⁹ As treze colônias se referem aos treze Estados originais que, em 1776, participaram da Declaração de Filadélfia e fundaram os Estados Unidos, declarando independência do Reino Unido.

facilitar o processo produtivo, aliada com uma crescente divisão e especialização do trabalho nas manufaturas, produziu o surgimento da indústria. O carvão, pouco a pouco, substituiu a força física como motor do desenvolvimento econômico e, ao longo da segunda metade do século XVIII, o movimento iniciado nas ilhas britânicas já espalhava-se para Bélgica e França – era o início de uma nova era na economia global. A população europeia explodiu, a produção de bens cresceu em escala industrial e o poderio militar do ocidente atingiu um novo ápice.

O rompimento com o *Anciën Regime*, enfim, concretiza-se com a Revolução Francesa. A partir de então, já na idade contemporânea, a economia-mundo ganha um novo significado, amparada por Estados cada vez mais empenhados na construção da indústria e da economia nacionais. Enquanto, na Idade Moderna, surge o conceito de *raison d'état*²⁰, é após a Revolução Francesa que este adquire um caráter progressivamente econômico. A guerra e a diplomacia convertem-se, cada vez mais, em mecanismos de expansão e sustento dos mercados internos e da indústria. Nesse contexto, surge o Imperialismo, motivado pelas necessidades comerciais das grandes potências.

Acompanhando essas motivações imperiais, entretanto, também cresce o Liberalismo econômico. Na Inglaterra, berço de complexas discussões durante o século XIX, os acadêmicos da Escola de Manchester²¹ conseguiram influenciar o público e a política em prol do livre-cambismo, processo que culminou na derrubada de inúmeras barreiras protecionistas que existiram no país até 1846. Em diversas outras áreas da Europa, apesar da continuidade de barreiras, os países passaram a ver com bons olhos o investimento externo em fábricas, ferrovias, minas, entre outros. O mundo passou por um grande processo de globalização e integração econômica, sem precedentes até então.

Assim, mesmo após as duas Grandes Guerras (1914-19 e 1939-45), a economia global já estava num estágio de integração que não oferecia possibilidade de retorno. O novo sistema implementado após a Conferência econômica de Bretton Woods, em 1946, aceitava a existência de um Estado de Bem-Estar Social, isto é, um governo que provesse aos cidadãos uma rede de seguridade social, direitos trabalhistas e serviços

²⁰ Do francês, “razão de estado”. Termo cunhado pelo Cardeal Richelieu, homem-forte do governo de Luís XIV na França, para designar os interesses do Estado-Nação, que se sobrepujam aos interesses de indivíduos particulares ou de organizações como a Igreja, e deveriam guiar a ação do governo.

²¹ Escola de economistas ingleses durante o início do século XIX que se caracterizou pela defesa do livre-mercado e da abolição das chamadas “Corn Laws” por parte do governo inglês.

públicos de qualidade. No entanto, o sistema também fornecia meios para uma crescente cooperação econômica global, estabelecendo regras universais de política monetária e comercial válidas para todo o mundo capitalista.

A globalização, nesse sentido, só tendeu a aumentar durante a Guerra Fria. Desde a invasão cultural norte-americana na Europa e na América Latina, até a progressiva dependência que se estabeleceu entre as nações recém-independentes da Ásia e da África com as grandes potências globais, o volume do comércio internacional cresceu a um nível nunca visto antes. Os anos 80, então, trouxeram a introdução do Consenso de Washington, conjunto de políticas liberais na economia que agravaram ainda mais esse processo, com a redução de regulamentações e tarifas, a perda de força dos sindicatos laborais e a redução dos serviços públicos. A partir desse momento, ganharam nova força os movimentos de terceirização da produção, migração de postos de trabalho e especialização produtiva, em constante crescimento até os dias de hoje.

5.1.3. Teorias Econômicas Liberais

O liberalismo, enquanto teoria econômica, tem origem nos pensadores iluministas do século XVIII, contrários à intervenção do Estado na economia e defensores do livre-mercado irrestrito. Nesse contexto surgem, na Grã-Bretanha, as teorias do filósofo Adam Smith, sintetizadas em seu livro *A Riqueza das Nações*, em que argumenta em favor do livre-mercado e da divisão do trabalho como principais responsáveis pela criação da riqueza na sociedade. Sua teoria ficou conhecida como “Mão Invisível do Mercado”, ainda que ele só use a expressão uma única vez na obra, e se refere à capacidade da economia de se reorganizar por conta própria, com base no *laissez-faire*. Pouco depois, também ganha proeminência o economista David Ricardo, cuja Teoria das Vantagens Comparativas passou a constituir a base de muitos estudos sobre comércio internacional, até o dia de hoje.

A primeira dessas ideias, a “mão-invisível” de Adam Smith, consiste na crença de que, em uma situação sem a intervenção do governo, o mercado tende a naturalmente orientar-se para o máximo bem-estar econômico. Em termos práticos, trabalha principalmente com as ideias de divisão do trabalho e competição, que seriam, em sua visão, os principais frutos do sucesso econômico.

A divisão do trabalho, em primeiro lugar, é entendida pelo economista como principal responsável pela maximização da produtividade nas economias nacionais. Tendo em vista que cada pessoa possui qualificações e capacidades particulares e diferentes, ele defende que cada indivíduo atue somente em uma pequena etapa do processo produtivo, ao invés de dividir seu trabalho entre várias etapas. Assim, por exemplo, numa fábrica, cada trabalhador fica responsável por apenas uma parte da produção do bem. Como resultado, esse trabalhador deverá especializar-se nessa etapa, a efetuando de forma mais rápida e com menos erros. Desse modo, com cada trabalhador produzindo mais, a fábrica no geral produzirá bem mais do que antes, incrementando a produtividade geral da economia.

Ao mesmo tempo, Smith chama atenção para o fato de que, de forma geral, os agentes do mercado não são movidos por desejos altruístas, mas por seus próprios interesses egoístas. Conforme escreve em *Riqueza das Nações (1776)*:

"Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que ele tem pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter."

Na visão dele, o grande motor da economia é o próprio desejo individual de cada pessoa em obter a máxima satisfação ou lucro. Num mercado competitivo, os interesses racionais de cada um seriam responsáveis por aproximar a economia de uma taxa de equilíbrio, isto é, o momento em que o bem-estar é maximizado pela confluência entre a oferta e a demanda de um determinado bem²². Nessa visão, a intervenção no mercado por meio do protecionismo provocaria distorções nos preços, na medida em que não permite o livre fluxo de bens e, portanto, a aproximação ao ponto de equilíbrio.

A teoria de David Ricardo, por sua vez, é uma aplicação da divisão do trabalho para o comércio internacional. Para melhor compreender a ideia de divisão de trabalho, imagine uma ilha em que vive um náufrago, sozinho. Esse náufrago, chamado Crusoé, pode obter, para se alimentar, peixes ou cocos. Se ele se dedicar exclusivamente à

²² Em economia, no geral entende-se que o preço do produto é dado, num gráfico preço-quantidade, pelo ponto em que a curva de oferta do bem (quantidade de bens ofertados) intercepta a curva de demanda do mesmo (quantidade de bens demandados).

pesca, ele pode conseguir 5 peixes por dia; se dedicar-se unicamente a coletar cocos, pode obter 15 deles no mesmo período. A partir de um momento, entretanto, Crusóé encontra um nativo, Sexta-Feira, e ambos passam a trabalhar juntos. Sexta-Feira, por estar mais acostumado com a vida na ilha, consegue pescar 10 peixes num mesmo dia, ou 20 cocos.

Percebe-se que ele é mais eficiente na produção de qualquer bem em relação a Crusóé. No entanto, para produzir 5 peixes, o náufrago tem de abrir mão de 15 cocos, dando uma média de 3 cocos por peixe. O nativo, por sua vez, abre mão de 20 cocos para produzir 10 peixes, ou 2 cocos por peixe. Conclui-se, portanto, que Crusóé teria ganhos caso pagasse algum valor entre 2 e 3 cocos para obter um peixe, e, da mesma forma, Sexta-Feira também ganharia vendendo seu peixe por mais de 2 cocos. Assim, ignorando as preferências individuais de cada um, a teoria da divisão do trabalho apregoaria que Crusóé deverá produzir apenas cocos – onde ele é *comparativamente* mais eficiente – enquanto Sexta-Feira produziria apenas peixes. Ambos poderiam comercializar seus excedentes e, no geral, a produção total seria maior.

A mesma lógica, argumenta David Ricardo, aplica-se a países. Utilizando um exemplo análogo entre Portugal e Inglaterra, ele diz que cada país deve especializar-se naquilo em que possui menor custo de oportunidade²³, e trocar os excedentes com outras nações. Sua lógica, válida mesmo para casos hipotéticos em que um país produz todos os bens melhor que o outro, serve até hoje como argumento na disputa entre protecionismo e liberalismo, uma vez que, argumentam os liberais, a especialização do trabalho promovida pelo livre-mercado sempre há de gerar maiores ganhos de comércio para todas as partes envolvidas.

Assim, ainda que esse seja obviamente um exemplo bastante simplificador e incompleto, a ideia de vantagem comparativa prevalece: se cada país, região ou pessoa fizer o que faz melhor e trocar com os outros, o mundo inteiro sai ganhando. Essa também é a ideia por trás da globalização econômica, cuja principal tendência atual é o chamado *outsourcing*, ou terceirização. Essa prática consiste na realocação de etapas da produção de um determinado bem ou serviço – ou até de toda a produção – para outros países, integrando a economia global. Assim, por exemplo, empresas americanas e

²³ Quantidade de bens que um produtor deve abrir mão de produzir para produzir outro bem. Por exemplo, na história de Crusóé e Sexta-Feira, o custo de oportunidade que Crusóé tinha para produzir um peixe seria de três cocos.

européias podem se utilizar de matérias primas extraídas na América Latina para, em indústrias no Sudeste Asiático, fabricar bens que serão vendidos no mundo desenvolvido.

Esse *outsourcing*, embora muito criticado por opositores da globalização por gerar a perda de empregos nos países de origem e a precarização das condições de trabalho nos locais onde são implantadas as fábricas, também é tido como muito benéfico para os teóricos liberais. Eles argumentam que, devido às vantagens comparativas de cada país, a distribuição do processo produtivo acaba por gerar uma maior produtividade e, portanto, baratear os produtos para o consumidor. Também apontam para o fato de que a instalação das empresas nos países mais pobres gera postos de trabalho que são, em geral, mais produtivos que o que subsistia anteriormente, além de gerar arrecadações para os governos locais e possibilitar o crescimento econômico dessas regiões. Munidos de dados como a crescente redução da pobreza extrema em lugares que se integraram à globalização como a China e a Índia, eles defendem que a globalização traz benefícios a todas as partes envolvidas e, portanto, deve ser continuada e ampliada.

5.1.4. O liberalismo econômico nas discussões do comitê

A OCDE foi fundada tendo em mente princípios liberais: a cooperação econômica e social, a democracia representativa, o Estado de direito e a economia de mercado. Desde então, ainda que tenha enfrentado diversas ameaças, sempre se portou como um órgão defensor desses valores. Nas presentes circunstâncias, todavia, com mudanças políticas que, cada vez mais, apontam para uma regressão em direção ao protecionismo e ao nacionalismo, espera-se que a organização saiba posicionar-se e orientar seus membros nesses novos tempos.

Nesse sentido, a grande questão que norteia o comitê é capacidade de conciliar tais princípios com a nova guinada nacionalista do mundo desenvolvido. Até que ponto barreiras econômicas e tarifárias podem coexistir com a economia livre de mercado? Como se deve lidar com os supostos malefícios causados pela terceirização sem afetar a integração econômica entre os países? Que estratégias devem ser usadas para conciliar a globalização com o desenvolvimento econômico e com o bem-estar social dos países membros? Essas serão algumas das temáticas do comitê, que, ambiciosamente, deve

buscar diretrizes para solucionar alguns dos problemas do sistema econômico e político atual sem, entretanto, abrir mão de seus princípios.

5.2 Liberalismo Internacionalista

O Liberalismo é uma das correntes mais tradicionais na construção do pensamento ocidental. As teorias liberais – em qualquer área que seja – se preocupam em pensar qual é o lugar do indivíduo na sociedade, a natureza do Estado e a legitimidade das instituições do governo. Desta maneira, pode-se dizer que o ponto central do pensamento liberal é a liberdade do indivíduo, a representatividade da voz da maioria no governo, o direito à propriedade privada e ao livre comércio. É assim que autores clássicos como John Locke, Montesquieu, Adam Smith e Immanuel Kant passaram a influenciar a teoria liberal das Relações Internacionais. (MESSARI e NOGUEIRA, 2005)

A primeira referência política a praticar o liberalismo nas Relações Internacionais em seus discursos e propostas foi o ex-presidente norte-americano Thomas Woodrow Wilson, ao final da primeira guerra mundial. É durante a Conferência de Versalhes (1919-1920) que Wilson os históricos “14 Pontos” propondo que, se fossem aceitos por todos os países, acabariam com todas as guerras. As principais ideias desenvolvidas eram a condenação às alianças secretas entre os Estados, a defesa de uma diplomacia regulada pela opinião pública de cada país, a promoção da democracia, a autodeterminação dos povos, o livre-comércio e a proposta da criação de uma organização internacional. Para Wilson, uma organização internacional com regras comuns de direito internacional aplicada a todos os Estados, proporcionaria relações internacionais mais pacíficas, eficientes e justas. De acordo com a proposta do estadunidense, apesar das possíveis imperfeições, seria perfeitamente plausível para o uma instituição interestatal ser capaz de zelar pela paz por meio de apelos as normas do direito internacional e as normas morais. Ou seja, resolver as controvérsias através de uma instituição internacional – sem ser supranacional. É aí que surge a proposta de criação da Liga das Nações.

Como já dito, as instituições internacionais, o livre-comércio e a democracia são para a teoria liberal pilares para o desenvolvimento de relações mais cooperativas e amistosas entre os Estados. Dessa forma, para os teóricos liberais de relações internacionais, o livre-comércio entre os Estados seria o principal caminho para se

evitar a guerra, já que ela atrapalha a atividade econômica – sendo assim a prática da guerra seria irracional. As relações comerciais possibilitariam a criação de laços entre os Estados, contribuindo para interações menos agressivas e mais amistosas, culminando assim em relações internacionais construídas pelo comércio e, conseqüentemente, pela paz.

É nesse intuito que Norman Angell - autor liberal – em 1919, publicou o livro *The Great Illusion* (A Grande Ilusão). Para o teórico, a grande ilusão se refere ao fato de muitos políticos acreditarem que a guerra serve para propósitos lucrativos e benéficos ao país vencedor. Angell argumenta que a realidade é exatamente oposta a isso: nos tempos modernos, num cenário pós-primeira guerra mundial, a conquista territorial é bastante custosa e desagregadora politicamente, porque abala severamente o comércio internacional e as instituições democráticas dos países. (JACKSON e SORENSEN, 2007)

Sendo assim tem-se que além do comércio, uma ordem planetária democrática também é de extrema importância para um cenário internacional pacífico. Considera-se que as pessoas através da sua racionalidade escolheriam pela cooperação para desenvolvimento dos países, já que a guerra pode levá-las a morte. Ou seja, a paz e a democracia possuem relações completamente diretas: nações democráticas convivem em harmonia, buscam a resolução dos conflitos de forma legal e pacífica, seguindo as regras do jogo - o direito internacional. Então é nas democracias, sistema político que valoriza a voz da sociedade, que a razão do homem o leva a escolher aquilo que o proporciona mais vantagens, no caso a paz, sua liberdade, seu bem-estar e principalmente sua segurança. Os indivíduos escolhendo a paz, os Estados também escolhem a paz.

A principal crítica à teoria liberal pré-segunda guerra era de que ela se mostrava utópica. Os conflitos iniciados em 1939 apenas comprovaram a veracidade dessa crítica. A fé na racionalidade dos indivíduos e do Estado bem como na suposta imparcialidade do direito internacional levavam os teóricos a analisarem o mundo apenas por aspectos morais. Então se viu que nem a democracia, o livre-comércio e a Liga das Nações foram capazes de impedir o maior conflito armado da história da humanidade. Desta forma seus teóricos viram-se obrigados a rever alguns conceitos e optaram por dar uma base mais científica à teoria.

O Funcionalismo representa a tentativa liberal de fundamentar seus modelos teóricos em um método baseado na observação científica da realidade. Já não era possível dizer quais valores morais universais formulados racionalmente governavam a evolução das relações entre Estados na história moderna. Não era o suficiente afirmar que instituições internacionais formadas pelos governos dos países bem desenhadas e comprometidas com o direito internacional promoveriam apenas cooperação, a paz e a justiça. Também não era mais convincente dizer que apenas o aprofundamento das relações econômicas e comerciais entre as nações tenderia a afastar, cada vez mais, o perigo da guerra. Como já constatado, tudo isso havia sido desacreditado pela catástrofe da Segunda Guerra Mundial.

Em sua proposta inicial, o Funcionalismo se apresenta como uma supervalorização do conhecimento técnico e uma negação da política. O principal expoente desta primeira fase da teoria – David Mitrany – propõe em “A paz por meio da cooperação e da integração” que a pacificação do cenário internacional se daria através do compartilhamento da soberania para funções que seriam exercidas conjuntamente. Assim, há uma transferência de soberania nacional para as instituições internacionais que seriam dirigidas pelas elites técnicas detentoras do conhecimento específico da área.

Vale ressaltar que a negação da política é motivada pela conclusão de que a complexidade das relações entre os Estados se dá por problemas de natureza especificamente técnica e que a política apenas desvirtua as tentativas de resolução. Por isso, afirma que essa deve ser retirada para dar espaço para que a burocracia técnica possa realizar seu trabalho. A integração é, portanto, resultado da busca comum entre os Estados em resolver seus problemas técnicos. Dessa maneira, cada vez surgiriam mais organizações internacionais funcionais que integrariam os países, por conseguinte as regiões e o planeta. Então, a cooperação no campo técnico pode levar a um avanço na cooperação em termos gerais, que pode promover a unificação econômica, que ao fim levaria a uma unificação política entre os Estados e isso estabeleceria a paz no cenário internacional.

Num segundo momento da teoria Funcionalista a política internacional volta a entrar em cena, motivada especialmente pelo avanço do nacionalismo de De Gaulle na França. Então, a proposta dos neofuncionalistas – sendo o principal deles Ernest Haas –

é utilizar da lógica do conhecimento técnico de Mitrany adicionada das figuras das políticas nacionais: partidos, elites, governos e grupos internos.

Haas define o processo de integração como sendo o processo no qual os atores políticos nacionais são persuadidos a transferir suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro com instituições que ultrapassam os Estados, sendo quatro os motivos para aceitação dessa transferência: a promoção da segurança comum, a obtenção do desenvolvimento econômico e bem-estar social, o interesse de uma nação mais forte em controlar seus aliados menores e a vantagem comum de unificar as sociedades.

É desta maneira que Haas cria a concepção de *spill over*, onde a integração se aprofunda e mobiliza outros atores na sociedade interessados na cooperação. Assim, o *spill over* parte de um grupo da elite política que provoca estímulos à integração e gera a adesão de novos atores e setores para o processo. Ou seja: não são questões técnicas, como afirma Mitrany, mas demandas políticas comuns que influenciam a integração e sua consequente transferência de soberania. Assim, para o sucesso da integração, tem de haver um compromisso ideológico para a transferência gradual de lealdades dos atores domésticos para uma organização internacional. Dessa forma, a paz seria atingida em três etapas: na primeira ocorre a integração nacional em prol de certos objetivos; na segunda aprofunda-se o *spill over* em proporção regional e na terceira criam-se instituições supranacionais que garantiriam a irreversibilidade do processo de integração.

Então o Funcionalismo coloca em voga a importância das Organizações Internacionais no cenário internacional, a cientificação de valores e a questão da integração entre os países. Esses três pontos passam a guiar os novos teóricos liberais, denominados como neoliberais. As mudanças no cenário internacional a partir da década de cinquenta como o aumento da integração comercial e financeira entre os Estados, o surgimento de novos atores no cenário internacional, as multinacionais e o intenso intercâmbio cultural entre as sociedades levaram a teoria liberal das Relações Internacionais a focar no impacto das atividades transnacionais que se encontravam em processo de expansão.

Baseando-se nessa tendência que, motivados pela crise econômica mundial criada pela OPEP na década de setenta, Keohane e Nye propõem a teoria da

Interdependência Complexa. Primeiramente entende-se interdependência como “situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países” (apud MESSARI & NOGUEIRA, 2005, p.84). Essa conceituação leva à intimização da relação entre poder e interdependência. Ou seja: atores mais poderosos sentiriam menos os efeitos negativos da interdependência, tendo maior poder sobre outros atores nos processos de negociação e na tomada de decisões. Surgem aí os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade. O primeiro significa a resposta aos efeitos custosos influenciados pelas decisões dos atores exteriores – o “primeiro efeito” de um acontecimento internacional, e o segundo se refere ao quanto o país sofre para responder aos custos dos eventos externos – por exemplo, um país com o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas tende a sofrer menos com variações no preço do barril de petróleo.

A abordagem da interdependência de Keohane e Nye se baseava em três pilares básicos: o Estado estava perdendo a sua posição dominante nas relações internacionais para atores e forças não estatais, como as corporações multinacionais; o fim da hierarquização de temas nas questões internacionais, já que antes defendiam-se questões militares e estratégicas como de “alta política” e assuntos econômicos e sociais como “baixa política”; e a minimização do poder militar como fonte de argumento nas decisões de controvérsias nas relações internacionais. (HALLIDAY, 1999)

Assim observa-se que a teoria liberal das Relações Internacionais caminhou para uma análise sistêmica das Organizações Internacionais e o comportamento dos atores nas mesmas. Ainda assim, tem-se nesses atores mais os Estados do que as demais organizações nacionais, uma vez que o principal foco de observação da teoria da Interdependência Complexa é a sistematização da relação assimétrica de poder entre os países.

6. A TEORIA CONSTRUTIVISTA

Quando se fala de Economia e Política Internacionais, é inevitável lembrar-se daquele que viria a ser o problema central nessa interação, conforme levantado por Richard Cooper (1998): como os Estados podem manter a abertura econômica ao mesmo tempo em que mantêm a autonomia para perseguir seus objetivos legítimos.

Quando colocada dessa forma, a problemática pressupõe e aponta certo grau de interdependência entre as economias mundiais.

A noção de interdependência – conforme geralmente usada pelos economistas – refere-se à sensibilidade do comportamento econômico interno aos desenvolvimentos ou políticas que acontecem fora de suas próprias fronteiras (TOLLISON & WILLET, 1973). Ou seja, o que os atores fazem a si próprios tem consequências sobre os demais atores, como já foi explicitado na sessão anterior ao falar-se da Interdependência Complexa. Quando se faz a análise dos acontecimentos, é importante usar as lentes da política e da economia juntas: enquanto economistas não ignorar a política; enquanto internacionalistas, não considerar a economia um aspecto de menor valor e de difícil compreensão (KEOHANE, 2009).

Essa sessão se dedicará a uma breve explicação sobre a Teoria Construtivista das Relações Internacionais e sobre sua correspondente na Economia Política. Ao considerar que as ações de cada um dos agentes influenciam os demais atores e o sistema internacional, não é exagero pensar, por exemplo, que o que os atores *pensam* sobre si e sobre os outros influenciam suas decisões e, por conseguinte, na direção da economia mundial como um todo. A ideia de que os agentes – os Estados, as Instituições, as empresas, as Organizações não-governamentais – e as estruturas – os Estados²⁴, o Sistema Econômico – constituem-se e se modificam mutuamente é central ao Construtivismo, e por isso se separou uma sessão a fim de expor seus pontos principais.

6.1 Pilares do Construtivismo nas Relações Internacionais

O Construtivismo se diferencia de outras abordagens das Relações Internacionais por se preocupar primariamente com a construção social e relacional da identidade e dos interesses nacionais dos Estados. Enquanto teorias como o Realismo dão ênfase às capacidades materiais das nações – poderio bélico, principalmente – o

24 Para que não haja confusão em mencionar o Estado como agente e estrutura, deve-se entender o estado agente como aquele ente que detém o monopólio do uso legítimo da força, enquanto o Estado estrutura é o conjunto de todas as instituições, práticas, grupos, normas e leis que organizam a vida social.

Construtivismo preocupa-se mais com o significado das práticas Estatais e como elas são entendidas (HURD, 2008).

A grande diferença do Construtivismo para as correntes que o antecederam é o entendimento de que os significados – de atores, do sistema, das ações, dos interesses – são socialmente construídos (HURD, 2008). Algumas vezes esses significados parecerão estáveis e assim permanecerão de fato por um grande período de tempo, mas isso não quer dizer que eles sejam imutáveis; tudo depende das relações que constroem esses significados (KRATOCHWIL, 1989; HURD, 2008; WENDT, 1992). O que isso significa é que as culturas, ideologias e ideias têm tanto poder sobre o rumo dos Estados e do Sistema Internacional quanto aqueles poderes “mais visíveis” – ou, por que não, mais facilmente quantificáveis – como o militar, o político e o econômico (WALKER, 1984).

As ideias que influenciam a política internacional não são só aquelas dos indivíduos que criam as normas, regimes e leis, mas também os pensamentos e práticas já institucionalizados e compartilhados por diferentes agentes nos mais diversos níveis e lugares (HOPF, 1998). São conceitos que estão na memória coletiva dos cidadãos, em normas de governos, sistemas educacionais, até mesmo na criação que os responsáveis passam a seus filhos (LEGRO, 2005).

Dois exemplos ajudarão a simplificar o que se pretendeu explicar nos parágrafos acima. No primeiro, lançamos mão de uma famosa comparação feita por Alexander Wendt em seu artigo “*Constructing International Politics*” (1995). Nesse artigo, o autor coloca que, para os Estados Unidos da América, 500 artefatos nucleares britânicos são menos ameaçadores que cinco artefatos nucleares norte-coreanos. Por uma perspectiva realista – que se preocuparia apenas com a parte material da situação hipotética – essa afirmação não faria sentido algum, uma vez que 500 mísseis representam uma ameaça maior à segurança que apenas cinco. Já por uma perspectiva construtivista – que levaria em consideração as relações sociais entre os Estados e o que suas ações significam em determinado contexto – seria analisado que a Grã-Bretanha é considerada uma nação amiga e a possibilidade de ela lançar mão de um ataque nuclear contra os EUA é muito menor que aquela da Coreia do Norte fazer o mesmo.

Entender a co-constituição de atores e estruturas vai além de reconhecer que as partes se modificam através de suas interações, isso já era compreendido em menor

intensidade antes do surgimento do Construtivismo. Deve-se entender que as ações dos Estados e demais agentes contribuem também para a criação e modificação das instituições e normas do Internacional e que essas duas últimas contribuem por sua vez na definição, socialização e atitudes dos primeiros. Ambos os lados podem se modificar e até se redefinir por completo no processo (HURD, 2008).

O segundo exemplo então trata da própria soberania, que parece um conceito sólido, após análise, se prova maleável aos entendimentos dos agentes em diferentes contextos. Soberania é uma ideia socialmente construída a partir do momento em que um Estado precisa agir como ente soberano – lidar com seus direitos e deveres acerca de população e território – e ainda precisa ser reconhecido pelos demais agentes – seu povo, outros Estados, Instituições Internacionais – como tal. Mesmo assim, desde 1945, atores do sistema sentem-se na liberdade de não considerar legítimos aqueles governos soberanos que não cuidam de suas populações, cometendo violações de direitos humanos, por exemplo (HURD, 2008). Outros tantos agentes não levam em consideração aqueles Estados representados por líderes autoritários. Uma vez confrontados com soberanias que julgam ilegítimas, os atores podem encontrar base para intervenções político-militares ou sanções econômicas. Vê-se então que a existência da soberania depende do comportamento do ente que pretende se dizer soberano; do significado que o conceito possui para cada Estado e agente, e de como estes escolhem agir ao ter de lidar com entes ditos soberanos. A soberania é construída a partir da interação entre os atores (HURD, 2008; HOPF, 1998).

Outra discussão chave dentro da teoria é a relação entre identidades e interesses (HOPF, 1998). A maioria das teorias concorda que interesses nada mais são que ideias sobre como resolver as necessidades do Estado; entretanto, fora do Construtivismo, muitos argumentam que na prática esses interesses sempre revolvem em torno da necessidade de manter a sobrevivência do Estado, buscar poder, riquezas e segurança (HURD, 2008). Esses teóricos afirmam que mesmo considerando que os interesses sejam socialmente construídos através das interações entre agentes, essa natureza não muda, pois, os desejos mais básicos dos Estados sempre são limitados por seus recursos materiais – ou eles já o possuem *a priori*, ou procuram mais para satisfazer o que é mais urgente (BROOKS & WOHLFORTH, 2007).

O que o Construtivismo procura incluir nessa narrativa é a importância da identidade e da experiência de cada Estado na formação de seus interesses. As novas ideias de política externa são influenciadas pelas ideias antigas, por aquelas que estão em voga e como as duas se relacionam aos eventos que já aconteceram na história daquela nação (LEGRO, 2005). Ademais, esses atores possuem identidades – entendimentos e expectativas acerca deles próprios – que se desenvolvem ou mudam conforme participam em ações coletivas (HURD, 2008). Identidades, em uma sociedade, informam a outros quem você é e lhe informam quem os outros são; isso implica preferências e anseios com relação a determinados conceitos, cenários e até relacionado a outros atores (HOPF, 1998). Diferente do que ocorre no neorealismo, por exemplo, o Construtivismo não acha que essas identidades são imutáveis através da história, mas dependem dos contextos histórico, social, cultural e político. Os interesses são, em parte, produto dessas identidades: o que um Estado pensa de si é influenciado pelo conhecimento do que os outros pensam dele e do mundo, o que muda seus desejos e interesses (WENDT, 1992).

Identidades e interesses estão intimamente ligados e ambos são produzidos através de relações sociais. No extremo, quando um Estado não deseja algo, esse desinteresse pode ser visto como produto do contexto em que aquele ator se insere (HOPF, 1998). Se uma identidade é muito pró-democracia e liberdades individuais, por exemplo, é improvável que o mesmo ator se interesse completamente por estruturas que cercearão sua autonomia de decisão.

O Construtivismo tenta oferecer alternativas para o entendimento de temas centrais para as Relações Internacionais, que são abordados por todas as teorias que o precederam (HOPF, 1998). Um construtivista nas Relações Internacionais sempre notará em sua análise a interação e construção social dos atores, instituições, conceitos e eventos. Essa pessoa começará sua análise sempre levando em conta que a forma como os Estados e as pessoas pensam e se comportam ao fazer política internacional é baseada no que esses agentes pensam do mundo a sua volta, no que acreditam, na sua identidade, no seu relacionamento com os demais atores do Sistema, nas práticas que adotam. Não quer dizer que se deve ignorar o poder material, tampouco que Estados fazem cálculos baseados em seus interesses; é preciso apenas entender que esses fatores não são os únicos que importam no xadrez internacional. Conceitos como a anarquia,

poder e soberania não são dados para o Construtivista. Eles, na verdade, dependem das relações que os constroem em determinado contexto (HURD, 2008; ONUF, 1989).

6.2 O Construtivismo na Economia Política

Segundo Charles Maier (1988), uma abordagem construtivista para a política econômica vê as ideias econômicas e os comportamentos que delas derivam não como bases fixas que devam ser utilizadas para realizar a análise do mundo real, mas como crenças e ações propostas que devem elas mesmas ser explicadas. Esse pensamento é particularmente importante num mundo em que, segundo Gabriel Siles-Brügge (2013), as ideias neoliberais de política econômica são fortemente aceitas e replicadas, tanto na academia quanto nas práticas governamentais; tratadas pelos atores como verdadeiras camisas de força, de onde não é possível escapar. Particularmente no comércio internacional, nas normas e regimes que os Estados criam para lidar com ele, a escola neoclássica de teoria econômica²⁵ ainda é tratada quase como a única que pode ser utilizada para fazer análises e criar políticas.

Segundo Colin Hay (2001), isso ocorre porque os atores tendem a ver as ideias neoliberais como ‘normais’, ou seja, como o que de fato acontece ou deveria acontecer na realidade internacional, ao invés de simplesmente entendê-las como uma base normativa, como mais uma alternativa para a economia mundial.

Uma das principais preocupações da literatura de política econômica então tem sido analisar o quanto o conceito de ‘globalização’ é mais uma dessas camisas de força que limita as opções dos agentes econômicos. Ao invés de deixar-se levar pela tentativa de provar empiricamente como a globalização diminui o leque de ações dos Estados, o Construtivismo na política econômica vai argumentar que o que mais importa são as ideias que os agentes têm e expressam sobre o conceito que realmente afetam suas decisões (ROSAMOND, 2000). Aqueles que podem criar as políticas, se agirem de acordo com as suposições da teoria da globalização, criarão mesmo que sem esse objetivo, cenários que são consistentes com ela, independente da real verdade dos fatos na economia mundial (HAY & ROSAMOND, 2002). O conceito da globalização e todo o arcabouço que dele deriva tornam-se decisivos para economia mundial apenas porque os atores os consideram dessa forma e agem baseando-se nisso, ao invés de apenas

25 Aqui, ‘escola neoclássica’ é um termo genérico para designar diversas teorias que analisam o mundo através da interação dos mercados mundiais.

enxergá-los como um dentre os inúmeros jeitos de entender o mundo (SILES-BRÜGGE, 2013).

Para entender como isso ocorre existem os estudos de “discursos da globalização”. Discurso é aquilo que torna real o que estabelece como significativo – é o conjunto de práticas sociais que dá o verdadeiro significado das coisas (GEORGE, 1994). A análise desse discurso então quer entender em que momento do processo social de sua construção o controle do conhecimento sobre a globalização – o que ela é e o que ela cria – torna um agente uma autoridade com poderes de decisão sobre a política internacional (SILES-BRÜGGE, 2013).

Os dois aspectos mais importantes desse estudo são o estratégico e o reflexivo. No primeiro, os atores conscientemente adotam os discursos que manipulam a realidade de forma que favoreça os seus interesses, sem necessariamente acreditar neles. No segundo, procura-se entender como ideias e conceitos são internalizados, institucionalizados e transformados em leis; como atores escolhem invocar certos conceitos para servir a determinados interesses – e nessa linha considera-se que interesse e discurso não podem ser separados (GEORGE, 1994; ROSAMOND, 2000).

O problema ao se aprofundar nessa área é que se torna muito difícil perceber se os atores estão levantando certos pontos e certas ideias em seus discursos, criando camisas de força na política econômica internacional, a serviço de um projeto de expansão das ideias neoliberais ou porque aqueles determinados agentes realmente acreditam nesses conceitos. Ademais, mesmo reconhecendo através de estudos que certo ator acredita em um desses pontos, ficaria impossível distinguir dentre os pronunciamentos em que é levantado estrategicamente e quando é apenas a exposição de uma ideia que foi internalizada sem maiores pretensões. Só quando há certeza absoluta que um ator não acredita em pelo menos um dos conceitos que menciona em suas falas, pode se partir para a análise da sua retórica como estratégia (SILES-BRÜGGE, 2013).

Claro que não é assim tão simples ter a certeza que um ator não acredita naquilo que fala, principalmente quando políticos e agentes do governo em geral costumam fazer uso de boa oratória. Tenta-se então buscar as falas de coordenação – as falas privadas, as conversas entre pessoas de um grupo de trabalho, que usam às vezes o jargão particular do setor – e as falas de comunicação – as falas públicas, os grandes

discursos para o público em geral, quando esses atores buscam apoio e tentam legitimar suas políticas (SCHMIDT, 2002). Comparando os dois momentos, fica mais evidente quando um ator de fato acredita nas ideias que coloca em suas políticas e quando apenas as usa para conseguir um ganho específico (SILES-BRÜGGE, 2013). Afinal, por que falando a seus pares, a seus apoiadores e aqueles que lhes ajudará a escrever as normas, um ator de política econômica se preocuparia em maquiagem seus interesses? Com certeza é mais difícil achar um documento interno de governo, mas pode-se lançar mão de outros tipos de falas, dado o contexto. Por exemplo, um político que fala abertamente em um jantar a banqueiros que lhe apóiam sobre livre-comércio, acordos comerciais e suas implicações, mas em pronunciamentos à nação defende políticas protecionistas é um candidato a ser estudado.

Como se procurou expor ao longo dessa sessão, nas Relações Internacionais e na Política Econômica Internacional vale a pena manter os olhos abertos não só para aquilo que é tangível e possível de ser contabilizado, mas também às ideias, aos discursos, aos significados e aos contextos históricos. São talvez assuntos e pontos considerados mais “leves” por alguns que o poder bélico ou o poder econômico, mas também são apenas brisas que, quando somadas umas às outras, alteram as marés.

7. LIBERALISMO *VERSUS* NACIONALISMO

Em sessões anteriores, esse guia apresentou os aspectos mais importantes da Teoria Liberal e do Nacionalismo, notadamente através da explanação do Protecionismo.²⁶Aqui, serão resumidas rapidamente os pontos centrais dessas teorias para assim poder contrastar em que pontos elas se encontram e em quais divergem. Entender se há sinergia ou conflito entre essas duas teorias é importante pois apesar de terem origens quase que imemoriais, elas continuam a influenciar na criação de políticas e no pensamento econômico do século em que vivemos (KELLY, 2015).

O Liberalismo Econômico é um dos braços do Movimento Liberal mais amplo – que envolve os campos político e filosófico – e por isso sua base é comum: o entendimento de que as pessoas são inclinadas naturalmente a cooperar umas com as outras e por isso o governo pode deixá-las controlar as próprias vidas sem interferência e isso não causará grandes problemas ou prejuízos à sociedade. (HOUGH, 2010) Essa lógica se manifesta em algumas ferramentas e princípios chave como o livre mercado, a

²⁶ Tópicos de 3 a 5 do Guia de Estudos.

‘mão-invisível’²⁷, as vantagens comparativas e a ideia de que o comércio entre as nações é capaz de gerar a Paz entre elas (HOUGH, 2010).

O Nacionalismo no espectro social pode ser entendido como o desejo de afirmação e independência política diante de outras figuras do imaginário internacional, a vontade de assegurar um tratamento pelo menos igual – mas no extremo melhor – ao seu Estado que os demais possuem. Esse pensamento gera no extremo ideias como a xenofobia e o racismo, porém em termos mais brandos, objetiva modificações de políticas para defender ou privilegiar o nacional (GUIMARÃES, 2008). A vertente mais proeminente do Nacionalismo na Economia é o Protecionismo que pode ser resumido como um conjunto de políticas utilizadas para proteger os mercados domésticos de competição externa. Dentre essas medidas podemos destacar as tarifas e cotas de importação, desvalorização do câmbio, subsídios para a exportação e para a indústria interna, além do uso de leis para criar barreiras não oficiais aos produtos externos – como por exemplo insistir em tornar padrão bens que tem mais facilidade de ser produzidos pela indústria local (HOUGH, 2010).

Vale pontuar antes de prosseguirmos que essa disputa não é assim tão simples, tão dicotômica. Já no fim do século XIX e início do século XX, um grupo de pensadores que ficaram conhecidos como ‘Novos Liberais’²⁸ começaram a se preocupar com a qualidade da vida cultural, social e econômica e passaram a advogar um certo grau de intervenção estatal nessas áreas. Um pensador que muito contribuiu nessa fusão de ideias foi John Stuart Mill. Ele foi capaz de adaptar os conceitos do velho liberalismo de forma que se criasse um escopo que permitisse proatividade estatal na criação de condições iguais para todos os cidadãos procurarem e alcançarem seu sucesso (MILL, 1869). Para os Novos Liberais, a liberdade individual pregada pelo Liberalismo só seria possível de ser alcançada mediante condições sociais e econômicas favoráveis (GAUS, COURTLAND & SCHMIDTZ, 2015; ADAMS, 2001). Apenas se certificar que os indivíduos não criassem barreiras físicas uns aos outros ou criar leis de forma imparcial não seria o suficiente (EATWELL & WRIGHT, 1993). Assim nascia o social-liberalismo.

²⁷ Já explicado no tópico 5, sub-tópico 5.1.

²⁸ Grupo de pensadores Britânicos que incluem T. H. Green, L. T. Hobhouse, John A. Hobson e John Stuart Mill que tentaram fundir as ideias liberais com preocupações de bem-estar social.

A essência do Social Liberalismo pode ser resumida na ideia de que as liberdades individuais necessitam alguma justiça social para serem efetivamente alcançadas. Essa corrente continua por defender a economia de mercado e a expansão das liberdades e direitos do cidadão, mas, como dito anteriormente, reavalia o papel do Estado ao incluir sob seu manto de responsabilidades o combate à pobreza, o fornecimento de serviços de saúde e educação básicos. Entendendo o mundo dessa forma, o senso de responsabilidade com a comunidade é compatível com as liberdades individuais (ROHR, 1964; GAUS, COURTLAND & SCHMIDTZ, 2015).

Vê-se que o embate entre Liberalismo e Nacionalismo é quase que inevitável. Na melhor das hipóteses, ambas vertentes são companheiras desconfortáveis, forçadas a conviver dadas suas diferenças. Para o Liberalismo, não faz sentido colocar nada acima das vontades individuais e tudo mais é acomodado abaixo e sob a ótica dessas (KELLY, 2015). Os desejos nacionais são válidos na medida a que correspondem aos desejos dos indivíduos e beneficiam sua busca pela liberdade. Nos dias de hoje, a individualidade e a liberdade de movimento ocasionam a diminuição dos laços de identidade nacional e ao falar de políticas de proteção de linguagem e de garantias sociais além de medidas restritivas do comportamento do indivíduo, tudo que os nacionalistas fazem é tentar barrar a cultura cosmopolita e a globalização (KELLY, 2015). Ademais, foram as políticas de fechamento e as barreiras levantadas que tornaram a Grande Depressão de 1929 ainda pior e mais extensa (TODD, 2012).

Para o Protecionismo – aqui encarado como nuance econômica mais proeminente do Nacionalismo – o errado seria não proteger o Estado das investidas externas, mesmo que para isso sejam sacrificadas algumas liberdades do indivíduo. Posto que o indivíduo faz parte de uma comunidade soberana – ainda que limitada e imaginada (ANDERSON, 1991) – seria do interesse do mesmo que ela sobrevivesse. Afinal, o protecionismo sim é o correto, já que as empresas estrangeiras danificam o meio ambiente e/ou praticam preços baixíssimos pois não respeitam o direito dos trabalhadores, assim prejudicando o desenvolvimento da indústria interna (BATISTA Jr, 2006).

Tudo isto posto, politicamente falando, o relacionamento entre Nacionalismo e Liberalismo pode ser costurado apesar de ser instável (KELLY, 2015). Extremos nunca são recomendáveis e tampouco quer dizer que um meio termo seja necessariamente

50% liberal e 50% nacionalista (HALLER, 2010), apenas que nunca se deve perder de vista o que pode ser feito em prol do Estado.

8. AS POLÍTICAS RESTRITIVAS E SEU IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Quando se trata do sistema internacional, as organizações internacionais e as relações dessas com a sociedade civil, a lei natural a ser aplicada e servir como princípio guia – o Direito Internacional – não reconhece a democracia liberal como um elemento-chave (BIGNAMI,2007). Dessa forma, não se pode esperar que Organizações Econômicas Internacionais utilizem o Liberalismo como guia sem nunca ter que lidar com políticas restritivas. Na verdade, a fórmula conhecida de livre-mercado, crescimento guiado por exportações, Estado mínimo, privatizações, desregulamentação e controle do déficit teve efeitos diversos em diferentes países. (PEET, 2003). Por exemplo, segundo o economista-chefe do Banco Mundial, Paul Romer, entre 1990 e 2010 o índice de desigualdade aumentou significativamente nos EUA, enquanto a taxa reduziu na Dinamarca sob as mesmas condições.

Ao longo da história das diversas organizações econômicas internacionais, como o GATT²⁹ – mais tarde Organização Mundial do Comércio (OMC) – O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a própria OCDE, foi enfatizada a liberalização do comércio através do estabelecimento e aplicação de regras para a remoção de barreiras nas fronteiras. A ideia sempre foi promover a eficiência econômica – os recursos teriam liberdade de procurar a sua alocação ideal – e por meio dessa, o crescimento econômico. Entretanto, no contexto de crise vivido recentemente, a desaceleração econômica causa toda sorte de problema que afeta a população – como o desemprego – e aumenta a pressão sobre os governantes para a tomada de medidas restritivas populistas (THORSTENSEN, 1998).

Entretanto, a forma como a OCDE se formou e está atualmente organizada impede em boa parte uma guinada protecionista. Primeiramente, para se tornar membro, o país deve demonstrar comprometimento com a democracia liberal nos campos político

²⁹ GATT é a sigla correspondente a “*General Agreement on Tariffs and Trade*” (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), referente a uma série de acordos de comércio internacional destinados a promover a redução de obstáculos às trocas entre as nações. Esses acordos foram mais tarde incorporados à Organização Mundial do Comércio.

e econômico, o que dá à Organização homogeneidade de ideias: os 34 membros da OCDE apresentam mais congruência que os 193 das Nações Unidas. Ademais, os Atos do Conselho que estabelecem as regras comuns para a atividade econômica internacional são em sua essência liberais o que dificulta medidas restritivas de forma geral. (CARROL & KELLOW, 2011). Discutir o impacto do Protecionismo nas Organizações Internacionais deve então passar por duas discussões separadas: As pressões por medidas protecionistas e a verdadeira implementação delas.

Enquanto as medidas protecionistas que restringem o fluxo do comércio internacional tenham ganhado proeminência durante o período de crise, a verdade é que o impacto dessas se mantém moderado, ao menos por enquanto. Já a pressão popular pelo uso desse tipo de política vem em franco crescimento desde meados dos anos 2000 e a tendência é de que continue a aumentar caso o cenário econômico permaneça vulnerável – como fez quando da crise do *subprime*³⁰ iniciada nos Estados Unidos (BUSSIÈRE, PÉREZ-BARREIRO, STRAUB & TAGLIONI, 2010)

Vê-se então que houve a tendência das populações em eleger líderes populistas que prometeram “proteger a economia”, “trazer empregos” e em outras palavras, mitigar os efeitos danosos da crise sobre suas populações (DIAMOND, 2016) o que pode significar um aumento real nas políticas restritivas num futuro próximo. Ainda assim, o cenário em geral não é favorável a um completo esquecimento das políticas liberais. A grande verdade é que a mesma opinião pública ainda é muito conectada ao livre-comércio e mesmo as economias emergentes se beneficiaram substancialmente dos efeitos da globalização: caso haja a tentativa de mudança real do quadro isso virá à tona. Se essa lembrança não for suficiente, a teia institucional que conecta os países na forma de acordos e tratados de livre-comércio limitará o escopo protecionista (BUSSIÈRE, PÉREZ-BARREIRO, STRAUB & TAGLIONI, 2010).

Entende-se dessa breve análise que impacto do protecionismo nas Organizações Internacionais ainda é pequeno pois encontra resistência no próprio funcionamento das mesmas. Todavia cabe acompanhar as tendências protecionistas e entender até que

³⁰ A crise do *subprime* é uma crise financeira desencadeada em 24 de julho de 2007, a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco (em inglês: *subprime loan* ou *subprime mortgage*), prática que levou várias instituições financeiras à insolvência e repercutiu fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

ponto elas podem tomar corpo via medidas indiretas que fogem à atuação das instituições.

9. POLÍTICAS EXTERNAS

Todos os dados e informações deste capítulo são baseados nos relatórios mais recentes da OCDE – facilmente encontrados no domínio virtual da organização. Aqueles que não se fazem presentes nos relatórios da organização ou oriundos de outras organizações mundiais se encontram devidamente referenciados ao decorrer da seção.

África do Sul

Em 2007, a África do Sul se tornou um dos cinco principais parceiros da OCDE, juntamente com o Brasil, a China, a Índia e a Indonésia. Os principais parceiros contribuem para o trabalho da OCDE de forma sustentada e abrangente, ligando a organização a outras instituições internacionais e sociedades não representadas pelos países membros. A participação da África do Sul abrange uma ampla gama de questões políticas, incluindo a política macroeconômica e as reformas estruturais, a gestão da dívida, a política fiscal, a mobilização de recursos domésticos, a política de concorrência, a política agrícola, a governança pública, o desenvolvimento rural e urbano, a luta contra o suborno, o desenvolvimento, a ciência, tecnologia e inovação, testes químicos e turismo – todos os temas ligados diretamente a integração entre economia interna e mercado internacional.

A África do Sul é a maior economia do continente africano e geralmente é o "principal motor" das atividades da OCDE que apoiam os projetos da Nova Parceria para Desenvolvimento Africano – sigla em inglês NEPAD – especialmente na África Austral, sobre integração nas políticas de tributação, investimento, concorrência e governança. À medida que a OCDE e a África do Sul aprofundam a sua colaboração, os decisores políticos da África do Sul obtêm acesso aos conhecimentos da OCDE e às boas práticas políticas e as transmitem ao continente africano. A África do Sul é associada em diversos órgãos, projetos e instrumentos da OCDE, sempre defendendo as iniciativas regionais da OCDE com a África subsaariana, como por exemplo, sendo vice-co-presidente da Iniciativa de Investimento África da NEPAD-OCDE.

O país tem sido amplamente criticado pelos países desenvolvidos e pela alta cúpula da OCDE por suas práticas protecionistas para o setor agrícola – juntamente com todos os países do bloco BRICS. Mais recentemente, o país anunciou no âmbito da

Organização Mundial do Comércio uma política de aumento das tarifas sobre importação do aço, sob a justificativa de proteção da indústria nacional nesse setor.

Alemanha

Sendo historicamente a Alemanha uma das principais economias e polo de desenvolvimento industrial do mundo, ela esteve diretamente ligada ao processo de integração europeia e de globalização da economia. Sendo assim, foi um dos 19 países signatários do acordo internacional que deu início ao funcionamento da OCDE – demonstrando estar historicamente comprometida com os principais objetivos da organização. Sendo um dos membros plenos da instituição, possui voz ativa na confecção dos relatórios diários, na definição do orçamento anual e na distribuição das cotas para os países de acordo com seus índices econômicos nacionais. Isso demonstra a atual força política da Alemanha dentro da organização.

A República Federal da Alemanha tem sido a principal voz no ocidente a criticar as medidas protecionistas e paradoxais propostas pelo atual presidente dos Estados Unidos. Em março de 2017, propôs junto ao grupo G-20 – grupo das vinte principais economias industrializadas do planeta – um pacto internacional contra o protecionismo³¹. O principal ponto do pacto, uma união mundial contramedidas internas restritivas e erosivas a integração da economia mundial, tem sido enfatizado por todas as lideranças alemãs em diversos momentos do atual ano, seja em organizações internacionais ou em encontros bilaterais.

Contudo, recentemente o governo de Angela Merkel aprovou um decreto que reforça o controle dos investimentos provenientes de países de fora da União Europeia em setores estratégicos, como o de energia. Tal lei foi recebida com receio pela comunidade internacional, especialmente pela principal liderança econômica no Oriente – China. O governo chinês entendeu o decreto como “um envio de sinais protecionistas ao mundo” e pediu que o governo alemão não dê prosseguimento a práticas “protetoras da indústria nacional”³².

³¹ Disponível em <<http://www.valor.com.br/internacional/4901424/alemanha-propoe-pacto-contrao-protecionismo>>

³² Disponível em <http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/china-pede-a-alemanha-que-nao-envie-sinais-protecionistas-ao-mundo_22666792.html>

Austrália

A Comunidade da Austrália assinou a convenção que fundou a OCDE em junho de 1971. Desde então, o país integra diversos comitês do órgão, sendo os principais deles o Fórum Internacional para Transporte, a Agência Internacional para Energia e a Agência Internacional de Energia Nuclear. Sendo um dos poucos países a apresentar números consecutivos de crescimento positivo nas duas últimas décadas, a Austrália é um claro exemplo de país que deu certo socialmente e economicamente – apesar de ser conhecida no século passado como “país de sorte”.

Nem todos os países com dimensões continentais apresentam números econômicos tão positivos. Com uma taxa de desemprego inferior a 5% no ano de 2016 e tendo a sua última perda de Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 1989³³ o país possui na chave do seu sucesso uma economia integrada ao mercado internacional e amplamente diversificada com setores como turismo, mineração, agricultura, finanças, tecnologia e educação amplamente desenvolvidos.

Sendo um dos países participantes do momento fundacional da organização, a Austrália demonstrou historicamente um compromisso com a integração do comércio internacional, inclusive fazendo desta parte importante da sua estratégia de desenvolvimento ao aprimorar a mineração e a agricultura dentro do seu território com profundidade. Nessa medida, o país lidera no âmbito da OMC a aliança dos países exportadores agrícolas – principal responsável por pressionar a favor da liberalização do comércio agrícola mundial. Porém, no âmbito dessa mesma organização, a União Europeia entrou com processo contra a Comunidade Australiana, alegando que a mesma utilizava medidas fitossanitárias desnecessárias e fora do limitado pelos acordos internacionais para a importação de produtos agrícolas.

Brasil

A cooperação Brasil-OCDE remonta a 1994, sendo hoje o país um dos parceiros-chave da organização. Como parceiro chave, o Brasil tem acesso a parcerias nos órgãos da OCDE, a adesão aos instrumentos da organização, a integração nos sistemas de informação estatística e de informação. A delegação brasileira foi convidada para todas as reuniões da OCDE a nível ministerial desde 1999.

³³ Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37280598>>

Iniciado em 2015 – juntamente com a grave crise política que vive o país – o programa de trabalho da OCDE-Brasil tem como objetivo apoiar o país no avanço da agenda de reformas e informar suas políticas públicas. Esse programa inclui uma série de projetos e avaliações em cinco áreas centrais de interesse comum: questões econômicas, industriais, comerciais e financeiras; governança pública e luta contra a corrupção; ciência, tecnologia, meio ambiente, agricultura e energia; questões trabalhistas, de pensão e sociais; e cooperação para o desenvolvimento. Com o sucesso de implementação do programa, em 2017 a República Federativa do Brasil entrou com solicitação para se tornar membro pleno da organização. Apesar da atual crise política vivida pelo país e pela crise econômica enunciada em 2014, o Brasil ainda é a principal liderança regional da América do Sul e sua integração com a OCDE é deveras importante.

Contudo, para se fazer membro pleno da organização, o país terá que abrir mão do uso de políticas restritivas fortes tão presentes em sua história – como mostra o relatório da OMC em 2017³⁴. Além de suas próprias barreiras, a nação brasileira terá que vencer juntamente com seus pares do BRICS e da importação agrícola o impedimento das grandes potências do ocidente a maior liberalização da agricultura para o comércio mundial.

Canadá

Historicamente, o Canadá tem sido a principal voz da integração dos mercados na América, inclusive fazendo frente ao seu vizinho “superpoderoso” Estados Unidos. Em 2009, por exemplo, o país criticou amplamente a proposta do governo Obama de usar em projetos financiados pelo governo apenas aço, ferro e manufaturados produzidos em terras americanas. Junte isso a ampla participação do país nos fóruns mundiais e seu estupendo sucesso econômico e social e terá como resultado um exemplo a favor da liberalização e integração do comércio mundial.

O Canadá se tornou membro pleno da organização em 1960 e desde então tem cooperado e trabalhado para levar a cabo os objetivos principais da OCDE por todo o planeta – vide participação em comitês sobre questões de desenvolvimento e extração de combustíveis na África. Com índices econômicos estáveis e indicadores sociais além da média da OCDE, o Canadá é uma importante voz a ser ouvida quando o assunto é

³⁴ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcostroyjo/2017/07/1902413-relatorio-da-omc-desnuda-acanhamento-comercial-do-brasil.shtml>>

liberalização de comércio – apesar de muitas vezes ser acusado de práticas protecionistas através de medidas fitossanitárias que vão além do usual.

Sendo o segundo maior país em termos de área, o Canadá possui abundantes recursos naturais, incluindo em seu vasto território grandes extensões de terras virgens. No entanto, a urbanização e a agricultura estão pressionando a base de ativos naturais. Por isso que desde 2000 o Canadá avançou na dissociação do crescimento econômico com a poluição do ar, apostando em desenvolver na sua economia setores de consumo consciente e energia renovável – apesar de ainda não apresentar números compatíveis ao de uma economia verde com baixa emissão de carbono.

Chile

O Chile é a contraposição ao Brasil na América do Sul no que tange a internacionalização da economia através do comércio exterior. Durante a segunda metade do século anterior, o país apostou na liberalização da sua economia e na integração aos mercados internacionais e hoje colhe os frutos com índices de crescimento além da média global. Contudo, o Chile ainda mostra deficiências fortes no seu desenvolvimento social – apesar da grande melhora na década de 90.

Espera-se um crescimento de 2,8% do PIB para 2018, sustentado pela melhora no fluxo do comércio global e melhores condições para investimento. O fortalecimento da autoridade da concorrência, a simplificação dos procedimentos de exportação e de investimento e as medidas para ampliar o financiamento das empresas elevarão a produtividade e o investimento. No entanto, a consolidação orçamental gradual planejada poderia pesar sobre o investimento público. É necessário fazer mais para enfrentar as desigualdades no mercado de trabalho, bem como simplificar os procedimentos de licenciamento e agilizar os regulamentos.

A especialização em recursos naturais implicou uma alta integração nas cadeias de valor globais, mas também a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. Reduzir os desajustes de habilidades, apoiar a formalização do emprego, facilitar os ajustes do mercado de trabalho, incentivar o investimento inovador privado através de regulamentos simplificados e apoio direto na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) além de atualizar as redes de infraestrutura, ajudará a fortalecer o crescimento da produtividade, ampliar as perspectivas comerciais e reduzir as desigualdades.

China

A República Popular da China é uma das muitas economias não-membros com as quais a OCDE tem relações de trabalho. Em outubro de 1995, o Conselho da OCDE concordou com um programa de diálogo e cooperação com a China. Desde então, a OCDE contribuiu para a reforma das políticas chinesas, compartilhando as experiências dos países membros em diversas áreas. Em resposta, Pequim coloca sua própria experiência política na mesa para análise e discussão pelos países membros da OCDE. Hoje o país é um dos parceiros-chave da organização e embora o envolvimento reforçado seja diferente da adesão à OCDE, tem potencial no futuro para se tornar a última.

A China valoriza a oportunidade de discutir grandes questões políticas e desafios em um contexto multilateral e aprender com as experiências dos países da OCDE que enfrentam desafios semelhantes em muitas áreas. O relacionamento também beneficia os membros da organização e as demais economias não pertencentes, cada vez mais envolvidos com a China através do comércio e do investimento, e que ganharam uma melhor compreensão do país, uma vez que esse tornou um ator importante na economia globalizada. Enquanto a China é convidada a participar como observadora regular em alguns comitês ou grupos de trabalho da OCDE, recentemente também se juntou ao Asian Development Bank - Iniciativa anticorrupção da OCDE para a Ásia-Pacífico.

O posicionamento Chinês tem sido de crítica à guinada protecionista que alguns países têm parecido tomar. Durante a eleição do novo diretor-geral da OMC, a representação chinesa, maior nação comerciante do mundo, questionou como contrapor-se a ameaças protecionistas, fazendo frente à atitude norte-americana de defender a aplicação de sobretaxas e outros instrumentos para esterilização de importações³⁵. Desde a eleição de Donald Trump para presidente dos EUA, o presidente chinês Xi Jinping em suas aparições em fóruns mundiais tem clamado ao mundo para que diga não ao protecionismo. Curiosamente, em seu último relatório anual sobre barreiras comerciais, a Comunidade Europeia colocou a China como um dos quatro países campeões em medidas protecionistas – identificando 23 barreiras comerciais³⁶.

³⁵ Disponível em <<http://www.valor.com.br/internacional/4881752/na-omc-china-alerta-contra-ameacas-de-protecionismo>>

³⁶ Disponível em <<http://exame.abril.com.br/economia/brasil-russia-china-e-india-lideram-em-protecionismo-diz-ue/>>

Coréia do Sul

O modelo histórico de “nação-comerciante” adotado pelos sul-coreanos demonstra sua inclinação à integração dos mercados: desde 2013 a Coréia aderiu a 16 diferentes acordos de livre-comércio. Com um crescimento negativo do PIB no último trimestre de 2016, o país sente os possíveis efeitos negativos da integração dos mercados. O excesso de capacidade mundial em algumas indústrias de capital intensivo, como a construção naval, está forçando a reestruturação e aumentando o desemprego em algumas áreas da Coréia. Deve-se lembrar que a Coréia do Sul passou recentemente por crise política, abalando a confiança dos mercados e reduzindo consideravelmente os investimentos no país.

Na prática, o modelo “nação-comerciante” adotado pela Coréia e outros países asiáticos demonstrou alguns pontos contradizentes com a teoria liberal já vista no decorrer deste guia. A pujança de conglomerados multissetoriais é uma das principais marcas da economia sul-coreana, sendo um dos principais exemplos a Samsung, que conta hoje com mais de 100³⁷ áreas de negócios.

Dinamarca

Sendo um dos países mais dependentes do comércio internacional, a Dinamarca tem demonstrado grande preocupação com a “onda de protecionismo” que tem surgido na política global³⁸. Com excelentes índices sociais financiados por uma economia forte e integrada ao mercado internacional, teme-se que a adoção de políticas restritivas afete diretamente o setor de transporte, especialmente a maior empresa de transporte de contêineres mundial cuja nacionalidade é dinamarquesa. As recentes quedas das projeções de exportação têm assustado o governo, exortando uma atuação diplomática mais forte em prol da liberalização do comércio mundial.

Após o “*Brexit*”, esperava-se que outros países com governos conservadores eleitos recentemente aproveitassem o momento de fraqueza da União Europeia e fizessem campanha pelo fim da integração dos mercados europeus. Na prática o que se viu foi uma união entre países que não costumam estar no centro do noticiário político mundial em prol do fortalecimento da UE e sua integração comercial³⁹.

³⁷ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcostroyjo/2017/08/1908368-a-evolucao-do-modelo-asiatico.shtml>>

³⁸ Disponível em <<http://uk.reuters.com/article/uk-denmark-economy-idUKKBN141100>>

³⁹ Disponível em <<http://www.helsinkitimes.fi/finland/finland-news/domestic/14940-eu-must-embrace-globalisation-and-free-trade-write-sipilae-rasmussen-and-rutte.html>>

Espanha

Como membro pleno da OCDE e parte integrante da UE, a Espanha possui uma economia moderna no que tange a integração de mercados. As exportações aumentaram de 25% do PIB em 2005 para 33% em 2016. Entretanto, a Espanha poderia colher melhor os benefícios da globalização e aumentar a produtividade, reduzindo as barreiras regulatórias nos mercados de produtos e incentivando maiores investimentos em P&D e inovação. A promessa do governo Trump de nacionalizar completamente a produção automotiva traria prejuízos significativos às exportações espanholas, já que esse setor tem em mais de 5%⁴⁰ de escoamento de produção para os EUA e o México.

Prevê-se que a estabilização do comércio mundial, juntamente com a resolução de recentes problemas estruturais, continue a dar força para o processo de recuperação da economia espanhola. Especificamente no setor de medicamentos, faz-se valioso observar a iniciativa única tomada através de um acordo com Portugal para investimentos conjuntos na compra de medicamentos e desenvolvimento de genéricos⁴¹.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos são um participante importante nas cadeias de valor globais e o comércio exterior tornou-se o motor mais importante da atividade econômica ao longo da história. Isso trouxe muitos benefícios para os consumidores, embora em certas áreas as perdas de postos de trabalho tenham contribuído para o desemprego e a pobreza persistentes, e mesmo os trabalhadores deslocados que encontrarem novos empregos podem precisar de um corte salarial significativo. Curiosamente, em comparação com outros países da OCDE, os Estados Unidos dedicam relativamente poucos recursos para ajudar os trabalhadores a treinar ou encontrar novos empregos. A experiência bem-sucedida de alguns estados no aproveitamento da formação profissional sugere que seja possível fazer mais para melhorar as oportunidades de emprego.

Mas não parece ser essa a solução encontrada pela administração Trump. Eleito sob o guarda-chuva de uma plataforma de governo denominada “*America First*”, a atual administração enxerga que a culpa para a maioria dos problemas norte-

⁴⁰ Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/opinion/1484331357_583790.html>

⁴¹ Disponível em < <https://sol.sapo.pt/artigo/571775/sa-de-portugal-e-espanha-assinam-acordo-inedito-para-comprar-medicamentos-juntos->>

americanos está na globalização. Não são poucos os países acusados de protecionismo por parte dos EUA, incluindo parceiros importantes como UE e China. Então, a opção do atual governo é se proteger do protecionismo com mais protecionismo.

O mais recente discurso a favor das medidas restritivas partiu do secretário de Comércio Wilbur Ross – em entrevista para o *Wall Street Journal*⁴². Ao dissecar os dados fornecidos pelo secretário, observam-se algumas justificativas infundadas, como por exemplo, classificar impostos vinculados a lei *antidumping* e direitos compensatórios ao país como remédios justos e legítimos para garantir condições equitativas de competição entre produtos chineses, europeus e norte-americanos. De fato, os acordos que regem a OMC permitem que um país ao identificar “protecionismo” por parte do outro tome essas medidas de sobretaxação unilateralmente. Contudo, em 38 ocasiões desde 1995, a OMC considerou que os aspectos da administração do direito de remédio comercial dos Estados Unidos estavam “fora de conformidade” com as obrigações do país na organização. Essa é outra maneira de dizer que o protecionismo concedido às indústrias dos EUA sob a forma de leis de remédios comerciais é, de fato, protecionista pelas normas do comércio mundial⁴³.

O último relatório anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) classificou a estratégia de estabelecimento de políticas restritivas por parte dos EUA como imprudentes e sem perspectiva de resultado positivo. O FMI alertou que essas políticas dificilmente corrigem significativamente desequilíbrios externos e podem ser muito prejudiciais para o crescimento doméstico e global. Mesmo que exista um impacto em curto prazo no déficit comercial quando o país ergue uma barreira, a pesquisa do FMI mostra que “perdas globais do PIB aumentam com o prolongamento das políticas protecionistas, enquanto o impacto nos desequilíbrios globais diminui” e as moedas se ajustam para compensar⁴⁴.

Contudo, com todos alertas dados pelas organizações internacionais e as alternativas fornecidas pela OCDE, a administração Trump se mostra focada em enxergar o comércio mundial atual como inimigo dos americanos. O primeiro resultado prático dessa visão foi a retirada do país do acordo Trans-Pacífico onde diversos países

⁴² Disponível em <<https://www.wsj.com/articles/commerce-secretary-wilbur-ross-talks-trade-1497838380>>

⁴³ Disponível em <<https://www.forbes.com/sites/danikenson/2017/08/07/when-protectionism-is-not-protectionism/#7408b6e65c2e>>

⁴⁴ Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2017/apr/10/free-trade-must-be-defended-imf-wto-and-world-bank-warn>>

igualariam suas tarifas de importação a zero por cento entre si. Agora observa-se atentamente como o governo norte-americano irá se comportar nas futuras rodadas de negociação e renegociação de acordos de livre-comércio – mas a perspectiva não é das mais otimistas entre aqueles que acreditam na capacidade positiva do livre mercado internacional.

Estônia

Antiga integrante da cortina de ferro imposta pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Estônia possui defasagens históricas a serem vencidas no seu processo de integração aos mercados mundiais. Tal processo hoje se mostra bem-sucedido⁴⁵: o nível de abertura está em quase 100%, contribuindo para um forte crescimento econômico e grande melhora dos indicadores sociais desde a independência do país até a crise mundial de 2008. Contudo, as já citadas defasagens históricas deixam o país em alta vulnerabilidade aos choques externos proporcionados pela abertura dos mercados – especialmente nos grupos mais frágeis da população. A saída do país para resolução da questão é aproveitar os recentes os superávits fiscais do governo e a baixíssima dívida pública para investir em gastos adicionais nos setores de infraestrutura e educação. A Estônia é um exemplo de integração a mercados distintos único na UE, estando totalmente integrada com mercados europeus e russos por exemplo, apresentando taxas de câmbio de fácil conversibilidade e medidas monetárias conservadoras.

Finlândia

Espera-se que o crescimento da economia finlandesa se fortaleça à medida que a maior procura externa e a melhoria da competitividade aumentem as exportações. A globalização impulsionou ganhos de produtividade e melhorias nos padrões de vida por décadas. A extensa rede de segurança social e o alto investimento em habilidades ajudaram os trabalhadores a se adaptar às mudanças induzidas pelos desenvolvimentos globais. Por isso a estratégia do país passa por aumentos cada vez maiores das práticas de livre-comércio e continuação da competitividade dos custos com o cenário internacional, o investimento sustentado em educação e P&D.

⁴⁵ Disponível em <<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/por-uma-economia-mais-aberta-190435>>

França

Sendo um membro pleno da OCDE e parte da EU, a República Francesa possui bons índices de integração com os mercados internacionais, contudo a sociedade francesa parece aprovar mais medidas nacionalistas e protecionistas que repudiam a liberalização do comércio mundial. Citando exemplos recentes, o governo do ex-presidente François Hollande tentou frustrar uma oferta da General Electric de comprar a empresa de energia da Alstom, um dos melhores fabricantes de trens de alta velocidade. Sob administração de Jacques Chirac, o governo procurou evitar que o gigante do aço indiano Mittal comprasse a Arcelor, uma concorrente com operações francesas. Mais recentemente, o presidente Macron, eleito em cima de uma plataforma que prometia diminuir os custos e a atuação do Estado francês na economia, a passo que modernizaria o sistema de seguridade social e internacionalizaria ainda mais o comércio do país, impediu que um empresário italiano comprasse um estaleiro francês responsável pela produção de cruzeiros de luxo⁴⁶. Dessa forma, espera-se que o governo Macron tenha usado o episódio do estaleiro apenas como angariamento de popularidade junto à sociedade para se fortalecer ainda mais frente às reformas vindouras.

No âmbito da UE o governo francês optou por fortalecer a instituição através da indústria militar. Num aceno da renovação da união franco-germânica como motor da economia europeia, recentemente esses dois governos anunciaram um acordo de construção conjunta da nova geração de aviões militares de combate para a Comunidade Europeia⁴⁷. Ou seja, o governo Macron sinaliza para uma estratégia de renovação da economia francesa, optando por uma globalização de forma mais conservadora onde o Estado continua sendo a figura central da ligação com as sociedades e mercados internacionais.

Cabe ainda observar as políticas de importações históricas adotadas pelo país para “proteger” seus produtos culturais: vinho, queijo e uma grande parte de produtos agrícolas.

Grécia

Após uma depressão prolongada, a economia se estabilizou em 2016 e as projeções mostram que o PIB deverá crescer 1,1% em 2017 e 2,5% em 2018. O

⁴⁶ Disponível em <<https://www.nytimes.com/2017/08/01/business/france-macron-jobs-economy.html>>

⁴⁷ Disponível em <<http://istoe.com.br/alemanha-e-franca-se-unem-para-produzir-avioes-de-combate-na-ue/>>

mercado de trabalho está melhorando, apoiando o consumo privado e a maior demanda do exterior está aumentando as exportações. O investimento começou a se recuperar de níveis muito baixos e deve aumentar o ritmo. O aumento do imposto sobre o consumo no início de 2017 e os aumentos recentes dos preços da energia aumentarão a inflação dos preços ao consumidor, mesmo que a inflação subjacente permaneça moderada, uma vez que a grande capacidade de reserva persiste. Em 2016, o principal excedente orçamental foi de 3,8% do PIB, superando as expectativas e a meta de 0,5%. A dívida pública se estabilizou, mas continua a ser muito alta, agravando as vulnerabilidades econômicas e pedindo alívio adicional da dívida para assegurar a sustentabilidade fiscal de médio a longo prazo.

A saída é continuar a implementação das reformas estruturais que aumentem a produtividade e, por meio da participação intensificada nas cadeias de valor globais, as exportações. Desenvolver e implementar políticas eficazes de pesquisa e treinamento de emprego, associado a benefícios aos desempregados e melhorar a aprendizagem ao longo da vida fortalecerá as habilidades dos trabalhadores, acelerará a mudança para os setores comercializáveis e melhorará as perspectivas das pessoas de obter bons empregos.

Índia

Atualmente a Índia é um dos parceiros-chaves da organização, contribuindo imensamente para a ligação da organização com o sudeste asiático. A Índia está no Conselho de Administração do Centro de Desenvolvimento da OCDE e também participa como observadora em alguns comitês e grupos de trabalho da organização. Os ministros indianos também participaram de várias sessões de diálogo da Reunião do Conselho Ministerial com países não membros da OCDE desde 2002. A Índia também apoia as atividades centradas na região da Ásia, organizando fóruns e workshops regionais sobre questões como investimento, tributação, educação financeira, pensões privadas e o desenvolvimento.

Após uma conhecida integração aos mercados globais através do setor de serviços, a Índia tem encontrado dificuldades em melhorar o nível de internacionalização da sua economia. A produção industrial ficou para trás, com contribuição limitada para as exportações e a criação de emprego, deixando muitos trabalhadores em empregos mal pagos – não contribuindo para um aumento da renda *per capita*. Promover a criação de empregos com mão de obra de qualidade na

fabricação exigiria a redução de restrições adicionais sobre Investimento Externo Direto (IED) e comércio, modernizando a legislação trabalhista e proporcionando melhor educação e habilidades. Melhoras nos serviços de infraestrutura, transporte e logística facilitariam o acesso das empresas de fabricação aos mercados globais, particularmente de regiões remotas e mais pobres.

Ainda assim, a estratégia central do governo indiano para maior internacionalização tem sido através do BRICS . Na rodada de negociações do bloco no mês de agosto – através de seus ministros da indústria e do desenvolvimento – diversos acordos que possibilitam maior entrada dos produtos indianos nos grandes mercados consumidores do bloco foram assinados⁴⁸. Assim como os demais países do BRICS, a diplomacia indiana tem se dedicado a lutar pela liberalização do comércio mundial no que tange os produtos agrícolas.

Indonésia

Sendo a economia que cresce mais rapidamente no leste asiático e membro do G20, a Indonésia é um importante parceiro da OCDE. Uma força de trabalho jovem e dinâmica está gerando crescimento de alto potencial e a pobreza diminuiu acentuadamente, embora continue sendo um desafio para o país. Com base no impulso de crescimento, a nova liderança do país se comprometeu a implementar reformas estruturais para estimular o investimento, nomeadamente através da melhoria do ambiente de negócios e do aumento das despesas de infraestrutura. A Indonésia foi o primeiro dos Parceiros-chave da OCDE a assinar um Acordo de Marco de Cooperação em 2012, seguido do Acordo de Privilégios e Imunidades em 2013. Sua parceria com a OCDE tem servido como um motor valioso para avançar a cooperação, inclusive com o lançamento do Programa Regional da OCDE para o Sudeste Asiático em 2014 e a abertura de um escritório de representação em Jacarta.

Exportações de *commodities* como carvão, borracha e minério de cobre são o principal pilar do crescimento nacional. Ser mais aberto ao comércio exterior e ao investimento ajudaria a diversificar a atividade econômica e as exportações, em particular através de um maior envolvimento nas cadeias de valor globais. Isso criaria emprego altamente qualificado e bem remunerado além de facilitar as transferências de

⁴⁸ Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/08/ministros-da-industria-dos-brics-assinam-plano-de-intercambio-industrial>>
<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2017/08/09/shanghai-daily-brics-fortalecem-lacos-comerciais-atraves-de-novas-iniciativas/?from_rss=rio>

tecnologia. Por sua vez, uma base fiscal maior permitiria que a rede de segurança social fosse expandida e tornasse o crescimento mais inclusivo.

Israel

Depois de crescer 4% em 2016, projeções mostram que o crescimento do PIB israelense deverá ser de cerca de 3,25% em 2017-18 e a inflação deverá aumentar gradualmente. A manutenção das políticas monetárias e fiscais expansionistas e os aumentos salariais projetados continuarão a reforçar a demanda doméstica no mercado interno israelense.

Dentre os membros da OCDE, Israel apresenta um baixo índice de integração às cadeias globais. Com baixo índice de concorrência externa, especialmente nos setores agrícola e alimentar, e procedimentos de importação consideravelmente restritivos, a sociedade israelense parece tender favoravelmente a políticas protecionistas.

Itália

Os indicadores da OCDE preveem um crescimento de 1% do PIB, continuando o frágil processo de recuperação da economia italiana. A integração da Itália às cadeias de valor globais permanece limitada, em parte porque muitas empresas do país são pequenas e sofrem de baixa produtividade. Além disso, os benefícios da globalização não foram compartilhados de forma equitativa devido a deficiências no sistema educacional, programas ineficazes de busca e treinamento de trabalho e de combate à pobreza.

Recentemente, o atual primeiro-ministro italiano condenou o discurso protecionista do atual presidente norte-americano e exortou para que o G7 – grupo dos sete países mais ricos do mundo - lutem contra a adoção de medidas restritivas ao comércio global. Nas palavras do atual primeiro-ministro "nossa esperança é que o G7 em Taormina produza uma mensagem forte e clara sobre a importância do comércio internacional contra qualquer tentação de fechamento protecionista"⁴⁹.

Cabe ressaltar que a lenta recuperação da economia italiana vem sendo sustentada pelas exportações, tornando o livre-comércio crucial para a economia. A Itália foi um dos maiores defensores do TTP, o acordo comercial entre os EUA e a UE

⁴⁹ Disponível em < <https://www.ft.com/content/e650cc56-0e7c-11e7-b030-768954394623>>

que foi defendido pela administração do ex-presidente Barack Obama, mas que agora está congelada com a chegada do Sr. Trump à Casa Branca.

Japão

O Japão historicamente tornou-se cada vez mais integrado às cadeias de valor globais, especialmente na Ásia. Os benefícios do comércio internacional estão concentrados em grandes empresas, já que algumas Pequenas e Médias Empresas (PME) apenas exportam, contribuindo para o grande fosso de produtividade do trabalho entre grandes e pequenas empresas. Embora o número de PME que exportam esteja aumentando gradualmente, as políticas para ajudar essas empresas a entrar nos mercados internacionais ainda são menores que o necessário. Os altos índices de subsídio aos produtores agrícolas nacionais também tem sido uma marca forte da economia japonesa.

Shinzo Abe, primeiro-ministro japonês, tem sido umas das lideranças políticas mais contundentes no que tangem as críticas ao discurso e às medidas postas em prática pelo atual presidente dos Estados Unidos. Além disso, o acordo de livre-comércio Japão-UE foi interpretado como sinal de clara resistência ao protecionismo proposto e alavancado por Donald Trump⁵⁰.

México

Pode-se dizer que a palavra do dia para economia mexicana é “livre-comércio”. Com as ameaças do presidente norte-americano de sair do NAFTA – acordo de livre comércio entre os três países da América do Norte – e sobretaxar empresas oriundas dos EUA que mantenham sua produção fora do país, o esforço do país tem de sido demonstrar para seus nacionais e vizinho que o livre-comércio é um benefício para todos. Inclusive, o México está aberto a "reequilibrar" seu superávit comercial com seu vizinho do Norte, desde que os EUA não imponham tarifas ou outras restrições⁵¹.

Após a desaceleração no final de 2016, o ritmo da atividade econômica do país deverá aumentar ligeiramente, principalmente refletindo exportações mais fortes. A melhoria da confiança das empresas apoiará a recuperação do investimento, o que serve para demonstrar como a economia mexicana se beneficiou de fronteiras abertas,

⁵⁰ Disponível em < <https://www.reuters.com/article/us-ups-ceo-trade-idUSKBN1AC2YV> < <http://www.atimes.com/japan-uk-forefront-pushback-protectionism/>>

⁵¹ Disponível em < <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-06-07/u-s-protectionism-poses-sizable-risks-to-mexico-growth-oecd>>

entradas de investimento externo direto e integração em cadeias de valor globais. As barreiras remanescentes para o investimento estrangeiro e o comércio de serviços devem ser levantadas em breve dado o esforço do atual governo em fazer frente a administração Trump.

Nova Zelândia

Apesar das recentes projeções negativas para a economia neozelandesa – crescimento negativo de 3% do PIB para 2017-2018 – diferente de alguns países, a Nova Zelândia não culpa o comércio internacional por tal problema. Pelo contrário, o governo do país aposta cada vez na integração às cadeias globais em prol do país.

A Nova Zelândia tem uma economia aberta que coloca poucas barreiras no caminho de prestadores de serviços estrangeiros ou importações, com o comércio sendo responsável por 60%⁵² das atividades econômicas da nação. Seus exportadores - particularmente os de produtos agrícolas - muitas vezes enfrentam barreiras no exterior, como tarifas íngremes, restrições quantitativas e subsídios locais anticoncorrenciais. Outras medidas não pautais, como barreiras regulatórias, também afetam os exportadores de serviços. É por isso que a estratégia do governo da Nova Zelândia prossegue uma agenda de comércio livre ativa.

Polônia

A Polônia possui um excelente nível de integração com as cadeias globais de valor, participando e contribuindo com o fortalecimento do Acordo Centro Europeu de Livre Comércio e com a União Europeia. As projeções de crescimento positivo da economia aliadas ao cumprimento do plano de desenvolvimento do governo nacional vem trazendo otimismo para a economia. Acreditando na influência positiva do livre comércio junto aos blocos econômicos, o país ainda carece de melhores políticas de distribuição de renda para aperfeiçoamento do seu Estado de bem-estar social.

Portugal

Para Portugal, prevê-se que o crescimento econômico se fortaleça para cerca de 2% em 2017 antes de diminuir ligeiramente em 2018. As exportações continuarão a apoiar o crescimento, beneficiando-se das reformas estruturais dos últimos anos.

⁵² Disponível em < <https://www.mfat.govt.nz/en/trade/nz-trade-policy/> >

Portugal se favoreceu significativamente com globalização, principalmente durante o período pós-crise. As exportações agora estão em 40% do PIB, ante 27% em 2005.

Contudo, bancos frágeis e alta dívida pública tornam Portugal especialmente vulnerável à volatilidade política na UE e ao crescente protecionismo em todo o mundo. O investimento e o crescimento podem ser tornar reféns nos próximos anos se Lisboa não conseguir lidar com empréstimos bancários ruins. A dívida das empresas não financeiras ascendeu a 145 por cento do PIB de forma não consolidada, colocando as empresas portuguesas entre as mais endividadas da Europa. O nível de empréstimos inadimplentes também foi entre os mais altos do continente, com 30 por cento das empresas que gastam 100 por cento do seu fluxo de caixa no atendimento da dívida⁵³.

A saída para o governo de Portugal tem sido apostar em um melhor do fluxo de comércio mundial e altos investimentos do Estado. Por essas razões, o atual governo tem se mostrado um ferrenho defensor do livre-comércio.

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

A ligação histórica entre o Reino Unido e o livre-comércio é inevitável e remonta à época do imperialismo britânico do século XIX. Contudo, nos dias do presente, os britânicos ficaram marcados pelo primeiro ato da onda de protecionismo que passa na política mundial: o *Brexit* – a solicitação de saída do país do acordo da UE.

O Reino Unido enfrenta um declínio de longa data na sua cota de mercado de exportação. Suas regiões menos favorecidas, que exportam principalmente a produção e os produtos agrícolas, estão expostas ao risco do protecionismo global, uma vez que não há o escoamento da produção via União Europeia, o que pode reduzir os rendimentos e aumentar a desigualdade dentro do país.

Prevê-se que a economia diminua em 2017 e 2018, devido à incerteza quanto ao resultado das negociações do *Brexit*. Esta projeção pressupõe que o comércio externo do Reino Unido funcionará em uma base da nação mais favorecida a partir de abril de 2019. A incerteza e o resultado assumido são projetados para prejudicar os gastos, em particular o investimento. As políticas têm apoiado a confiança e o consumo privados, mas as despesas das famílias devem diminuir, pois a combinação de um enfraquecimento do mercado de trabalho e uma inflação mais alta reduzem o

⁵³ Disponível em < <https://www.ft.com/content/d22556d4-ec3f-11e6-930f-061b01e23655?mhq5j=e1> >

crescimento dos salários reais. O déficit da conta corrente diminuiu e as exportações devem apoiar o crescimento, estimuladas pela melhoria da competitividade.

Porém, apesar do processo de desligamento da União Europeia, o Reino Unido tem buscado estabelecer acordos próprios de integração do comércio com vários países e regiões do planeta. Dependendo dos canais de integração que forem mantidos com a UE, poder-se-á ver um país novamente comprometido com a integração das cadeias globais⁵⁴.

República Tcheca

A economia está altamente integrada às cadeias de valor globais devido ao investimento externo. As empresas estrangeiras foram anteriormente atraídas por salários baixos, mas agora enfrentam o desafio de vencer o aumento de valor agregado para maximizar os retornos da globalização. A República Checa está entre os 40 países mais ricos do mundo, onde as exportações equivalem a 80% do PIB – sendo a maior parte delas para a UE. Nessa perspectiva, as necessidades e tendências globais, e especialmente a procura externa de bens e serviços checos, têm um impacto significativo na prosperidade do país. Por isso, a República Checa aspira a uma ordem econômica internacional aberta e previsível baseada em regras claras e justas. Observa-se que recentemente o país foi cobrado por medidas protecionistas dentro do âmbito europeu.⁵⁵

Rússia

A economia russa permanece relativamente fechada, uma vez que as sanções internacionais dificultam o maior valor agregado nas atividades não petrolíferas. Os ganhos da globalização dependem das receitas do petróleo, que são distribuídas de forma desigual entre regiões e grupos de renda. Com dimensões continentais, como a maioria dos BRICS, a Federação Russa luta diplomaticamente pela liberalização total do mercado de *commodities* e produtos agrícolas.

Recentemente o presidente russo discursou favorável à integração dos comércios e contra as atitudes protecionistas tomadas por alguns países. Nas palavras do

⁵⁴ Disponível em < <https://www.ft.com/content/e181f518-7152-11e7-aca6-c6bd07df1a3c>>

⁵⁵ <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-%2F%2FEP%2F%2FTEXT%20WQ%20E-2016-005176%20%20DOC%20XML%20V0%2F%2FEN>

presidente Vladimir Putin “Nós nos opomos ao crescente protecionismo no mundo. O comércio ilegítimo e as restrições financeiras com implicações políticas óbvias visam eliminar os concorrentes. Reduz os laços de negócios, resulta em perda de confiança entre participantes econômicos. Está destruindo o próprio tecido da economia mundial.”⁵⁶ Em contrapartida, em seus relatórios anuais, a Organização Mundial do Comércio classifica a Rússia entre os países campeões em práticas protecionistas desde 2014.

Suécia

A Suécia se beneficia substancialmente da sua profunda integração nas cadeias de valor globais, enquanto as políticas atenuam os choques externos e apoiam a adaptação dos trabalhadores através de treinamento, aconselhamento e apoio temporário à renda. Os ganhos da globalização são compartilhados através de extensos serviços públicos e redistribuição. No entanto, as preocupações com a competitividade internacional impedem o crescimento salarial coletivamente negociado e limitam a política monetária.

Turquia

A esperança para uma maior integração da Turquia junto aos mercados internacionais advinha do possível acordo para fazer parte da UE. Contudo, as recentes guinadas políticas do país têm o aproximado de políticas mais próximas do nacionalismo e do protecionismo. O atual relatório anual da OMC identificou ao menos 15 medidas de barreira ao comércio e investimento internacional no país⁵⁷.

⁵⁶ Disponível em < <https://www.rt.com/business/395562-putin-economy-protectionism-g20/>>

⁵⁷ Disponível em < <http://exame.abril.com.br/economia/brasil-russia-china-e-india-lideram-em-protecionismo-diz-ue/>>

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Ian. **Political Ideology Today**. Manchester: Manchester University Press, 2001.

ADLER, Emanuel & BARNETT, Michael. Security communities in theoretical perspective. In: ADLER, Emanuel & BARNETT, Michael (Eds.). **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 3–28

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Londres: Verso, 1991.

ASHLEY, Richard. The poverty of neorealism. *International Organization*. v. 38, n. 2, p. 225-286, Primavera, 1984.

BALDWIN, David. Interdependence and power: a conceptual analysis. *International Organization*. v. 34, n.4, p. 471–506, 1980.

BATISTA Jr. Nacionalismo e Desenvolvimento. In: 3º FORUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS DE SÃO PAULO, 2006.

BIGNAMI, Francesca. **Civil Society and International Organizations: A Liberal Framework for Global Governance**. Duke Law Faculty Scholarship Paper No 1126/2007.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. 1979.

BROOKS, Stephen & WOHLFORTH, William. *World out of Balance: International Relations Theory and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press, 2008. 226 p.

BRUNHEROTTO, Adriane; LIMA, Laurent; GALDINO, Thiago. **Protecionismo x Liberalismo**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_3204_20100718144346324e.pdf>.

BUSSIÈRE, Matthieu; PÉREZ-BARREIRO, Emilia; STRAUB, Roland & TAGLIONI, Daria. **Protectionist Responses to the Crisis: Global Trends and Implications**. Frankfurt: European Central Bank, 2010.

CARROL, Peter & KELLOW, Aynsley. **The OECD: A Study of Organisational Adaptation**. Cheltenham: Edward Elgar, 2011.

DIAMOND, Larry. **Democracy After Trump**. Foreign Affairs, 2016.

EATWELL, Roger & WRIGHT, Anthony (Eds.). *Contemporary political ideologies*. Boulder: Westview Press, 1993.

FINNEMORE, Martha. *National Interests in International Society*. Ithaca, Nova Iorque: Cornell University Press, 1996. 176 p.

GAUS, Gerald, COURTLAND, Shane D. & SCHMIDTZ, David. Liberalism. In: ZALTA, Edward N. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: The Metaphysics Research Lab, 2015.

GEORGE, Jim. *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)introduction to International Relations*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994. 266 p.

GEREFFI, Gary. Gary Gereffi on protectionism and its impact on global value chains: entrevista. [5 de abril, 2017]. Claremont: **Claremont McKenna College Asia Experts Forum**. Entrevista concedida a Yujia Yao.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 145-159, 2008.

GUZZINI, Stefano. A Reconstruction of Constructivism in International Relations. *European Journal of International Relations*. v. 6, n.2, p. 147-182, 2000.

HAAS, Ernst. The Study of regional integration: reflections on the Joy and Anguish of pretherorizing. *International Organization*, vol. 24, edição 04, setembro 1970.

HAAS, Ernst B. *International Integration: The European and the Universal Process*. International Organization, 15, 1961.

HALLER, Alina-Petronela, *An Epistemological Approach of the Knowledge-Based Society from an Economic Perspective*. **KSI Transactions on Knowledge Society**, v.3, n.1, 2010.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

HAY, Colin. *The Normalizing Role of Rationalist Assumptions in the Institutional Embedding of Neoliberalism*. *Economy and Society*. v. 33, n. 4, p. 500-527, 2004.

HAY, Colin & ROSAMOND, Ben. *Globalization, European Integration and the Discursive Construction of Economic Imperatives*. *Journal of European Public Policy*. v. 9, n. 2, p. 147-167, 2002.

HAY, Colin & SMITH, Nicola. *Horses for Courses? The Political Discourse of Globalization and European Integration in the UK and Ireland*. *West European Politics*. v. 28, n. 1, p. 124-158, 2005.

HOPF, Ted. *The Promise of Constructivism in International Relations Theory*. *International Security*. v.23, n.1. p. 171-200, verão 1998.

HOUGH, Peter. *International political economy I: theory & history*. In: HAYNES, Jeffrey, HOUGH, Peter, MALIK, Shahin & PETTIFORD, Lloyd (Eds.) **World politics: international relations and globalisation in the 21st Century**. Londres: Pearson Longman, 2010, p. 320-359.

HURD, Ian. *Constructivism*. In: REUS-SMIT, Christian & SNIDAL, Duncan. (Eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 298–316.

KEOHANE, Robert. *The old IPE and the new*. *Review of International Political Economy*. v.16, n.1, p. 34 — 46, 2009.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Longman, 1989.

KRASNER, Stephen. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press, 1999. 248 p.

KRATOCHWIL, Friedrich. *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 317 p.

MAIER, Charles. *In Search of Stability: Explorations in Historical Political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 304 p.

MARTINS, Anna Carolina. **Protecionismo: uma análise teórica e prática da sua aplicação.** Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109387/000935151.pdf?sequence=1>.

MESSARI, Nizar & NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MILL, John Stuart. **On Liberty**. London: Longman, Roberts & Green, 1869.

MITRANY, David. "The Functionalist Alternative" in WILLIAMS, P.; GOLDSTEIN, D.M. e SHAFRITZ, J. M. (eds.) *Classic readings of international relations*. New York: Hartcourt Brace College Publishers, 1994

MITRANY, David. "A paz por meio da cooperação e da integração" in BRAILLARD, Philippe. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

MORAVCSIK, Andrew. Is something rotten in the state of Denmark? Constructivism and European Integration. *Journal of European Public Policy*. v.6, n.4, p. 669-681, 1999.

ONUF, Nicholas. *World of our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989. 340 p.

PEET, Richard. **Unholy Trinity: The IMF, World Bank and WTO**. Londres: Zed Books, 2003.

PINTO, Denis. **OCDE: Uma visão brasileira**. Brasília: FUNAG, 2000.

REUS-SMIT, Christian. *The Moral Purpose of the State: Culture, Social Identity, and Institutional Rationality in International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1999. 208 p.

ROHR, Donald G. **The Origins of Social Liberalism in Germany**. Chicago: University of Chicago Press, 1963. 179 p.

ROSAMOND, Ben. *Europeanization and Discourses of Globalization: Narratives of External Structural Context in the European Commission*. Working Paper No. 51/00. Coventry: Centre for the Study of Globalization and Regionalization, 2000.

SCHMIDT, Vivien. Does Discourse Matter in the Politics of Welfare Adjustment? *Comparative Political Studies*. v. 35, n. 2, p. 168-193, 2002.

SILES-BRÜGGE, Gabriel. The Power of Economic Ideas: A Constructivist Political Economy of EU Trade Policy. *Journal of Contemporary European Research*. v.9, n.4, p. 597-617, 2013.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 1776.

Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2007.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. **Revista brasileira de política internacional**. v.41, n.1. Brasília, 1998.

TODD, David. **Protectionism as Internationalist Liberalism: Birth and Spread, 1789-1914**. Disponível em: <http://www.booksandideas.net/IMG/pdf/20120117_Protectionism_as_Internationalist_Liberalism.pdf>. 2012.

TOLLISON, Robert & WILLETT, Thomas. International Integration and the Interdependence of Economic Variables. *International Organization* v. 27, n.2, p. 255-271, Primavera 1973.

Universidade NOVA de Lisboa. **OCDE**. Lisboa: Faculdade de Direito da UNL.

WALKER, Robert. *East Wind, West Wind: Civilizations, Hegemonies, and World Orders*. In: WALKER, Robert (Ed.). *Culture, Ideology, and World Order*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1984, p. 3.

WATSON, Matthew & HAY, Colin. The Discourse of Globalization and the Logic of No Alternative: Rendering the Contingent Necessary in the Political Economy of New Labour. *Policy & Politics*. v. 31, n.3, p. 289-305, 2003,

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*. v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, Alexander. Constructing international politics. *International Security*. v.20, n.1, p. 71–81, Verão 1995.